

dições concretas da reprodução ocultas nessas formas. Pressupomos ainda que o produtor capitalista é o proprietário de toda a mais-valia ou o representante de todos os que participam com ele do butim. Encaramos a acumulação, de início, de um ponto de vista abstrato, como simples fase do processo imediato de produção.

Quando ocorre de fato a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e reconverter o dinheiro recebido em capital. Além disso, o fracionamento da mais-valia em diversas partes em nada muda a natureza dela nem as condições necessárias em que ela se torna fator de acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista conserve para si mesmo ou ceda a outrem, é sempre ele quem dela primeiro se apropria. Nossos pressupostos para o estudo da acumulação constituem, portanto, pressupostos do processo real de acumulação. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e a circulação que serve de veículo à acumulação obscurecem a forma fundamental do processo de acumulação. A análise do processo em sua pureza exige, por isso, que se ponham de lado todos os fenômenos que dissimulam o funcionamento interno do seu mecanismo.

XXI. Reprodução simples

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução.

As condições da produção são simultaneamente as da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reverter, de maneira constante, parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da produção nova. Permanecendo invariáveis as demais condições, só pode reproduzir ou manter sua riqueza no mesmo nível substituindo durante o ano, por exemplo, os meios de produção consumidos, isto é, instrumental de trabalho, matérias-primas e substâncias acessórias, por quantidade igual de artigos da mesma espécie, separados da produção anual e incorporados ao processo de produção que continua. Determinada parte do produto anual pertence, portanto, à produção. Destinada, desde a origem, ao consumo produtivo, essa parte possui formas que, em regra, tornam-na inteiramente inadequada ao consumo individual.

Se a produção tem a forma capitalista, também a terá a reprodução. No modo capitalista de produção, o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor; analogamente, a reprodução é apenas um meio de reproduzir o valor antecipado como capital, isto é, como valor que se expande. Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital. Se, por exemplo, no corrente ano, transforma 100 libras esterlinas em capital e produz 20 de mais-valia, terá, no próximo ano e nos subsequentes, de repetir a mesma operação. Como acréscimo periódico ao valor do capital, ou fruto periódico do capital

em movimento, a mais-valia toma a forma de um rendimento que tem sua origem no capital¹.

Se o capitalista só utiliza esse rendimento para consumo, gastando-o no mesmo período em que o ganha, ocorrerá então, não se alterando as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certos caracteres novos ou, antes, faz desaparecerem os caracteres aparentes que apresentava em sua ocorrência isolada.

O processo de produção se inicia com a compra da força de trabalho por determinado tempo, e esse começo se renova sempre que se extingue o prazo estipulado, tendo decorrido, assim, determinado período de produção, semana, mês etc. Mas o trabalhador só é pago depois de ter empregado sua força de trabalho e depois de se terem materializado nas mercadorias o valor dessa força e a mais-valia. Assim, produziu ele a mais-valia, provisoriamente considerada o fundo de consumo do capitalista, além de produzir o fundo para seu próprio pagamento, o capital variável, antes de este chegar às suas mãos sob a forma de salário. E só terá emprego enquanto reproduzir continuamente esse capital variável. Daí inferiram os economistas a fórmula II, apresentada no capítulo XVI, a qual apresenta o salário como participação no próprio produto². O que vai para o trabalhador sob a forma de salário é uma parte do produto por ele constantemente produzido. Na verdade, o capitalista paga-lhe em dinheiro, mas esse dinheiro não é mais do que a forma na que se converte o produto do trabalho, ou, mais precisamente, uma parte dele. Enquanto o trabalhador transforma meios de produção em produto, seu produto anterior no mercado se transforma em dinheiro. E com o trabalho da semana anterior ou do semestre precedente que se paga o trabalho de hoje ou do semestre em curso. A ilu-

ção gerada pela forma dinheiro desaparece logo que se consideram a classe capitalista e a classe trabalhadora, e não o capitalista e o trabalhador isoladamente. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob a forma de dinheiro, letras que a habilitam a receber parte do produto que produziu e do qual aquela se apoderou. Mas o trabalhador devolve continuamente essas letras à classe capitalista, para receber a parte do produto dele mesmo, que lhe é atribuída. A forma mercadoria do produto e a forma dinheiro da mercadoria dissimulam a operação.

O capital variável, portanto, é uma forma histórica particular em que aparece o fundo dos meios de subsistência ou o fundo do trabalho, do qual precisa o trabalhador para manter-se e reproduzir-se e que ele mesmo tem de produzir e reproduzir em todos os sistemas de produção social. Esse fundo flui continuamente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, pois seu próprio produto se afasta sempre dele sob a forma de capital. Mas a forma sob que aparece o fundo em nada altera a circunstância de o capitalista antecipar ao trabalhador o que já é, na realidade, trabalho materializado por este³. Vejamos o caso de um camponês no sistema feudal. Trabalha com seus próprios instrumentos de produção, em sua própria terra, digamos, 3 dias, por semana. Os outros 3 dias trabalha como servo, na terra senhorial. Reproduz constantemente seu próprio fundo de trabalho, e este nunca assume, para ele, a forma de meio de pagamento desembolsado por outra pessoa, em troca de seu trabalho. Em compensação, seu trabalho compulsório e gratuito nunca toma a forma de trabalho voluntário e pago. Se o senhor se apoderasse do campo, dos animais, sementes, enfim, dos meios de produção do servo, daí em diante este teria de vender-lhe a própria força de trabalho. Não se alterando as demais condições, teria de continuar trabalhando 6 dias na semana, 3 dias para si mesmo e 3 dias para o senhor transformado em capitalista. Continuará utilizando os meios de produção e transferindo seu valor ao produto. Uma parte determinada do produto continuaria sendo utilizada na reprodução. Ao tomar o trabalho do servo a forma de trabalho assalariado, o fundo de trabalho que continua sendo produzido e reproduzido pelo camponês toma a forma de um capital desembolsado a seu favor pelo patrão. O economista burguês,

¹ "Os ricos que consomem os produtos do trabalho dos outros recebem esses produtos por meio de troca (compras de mercadorias). Parece, por isso, expostos a esgotar logo seus fundos de reserva. (...) Mas, na ordem social, a riqueza adquirida a propriedade de se reproduzir através do trabalho alheio. (...) A riqueza, como o trabalho e por meio do trabalho, proporciona uma receita anual que pode ser destruída todo ano, sem que o rico empobreça. Essa receita é o rendimento que nasce do capital." (Simondi, *Nouv. princ. décon. pol.*, t. I, pp. 81 e 82.)

² "Lucros e salários devem ser considerados partes do produto acabado." (Ramsay, *loc. cit.*, p. 142.) "A parte do produto que cabe ao trabalhador sob a forma de salário etc." (J. Mill, *Elements* etc., tradução de Parisot, Paris, 1823, pp. 33 e 34.)

³ "Quando se emprega capital para adiantar salários aos trabalhadores, nada é adicionado ao fundo para manutenção do trabalho." (Cazenove, em nota na sua edição de Malthus, *Definitions in polit. econ.*, Londres, 1853, p. 22.)

cujo cérebro limitado não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta, fecha os olhos ao fato de constituir ainda hoje exceção o fundo de trabalho sob a forma de capital, se consideramos todo o mundo habitado⁴.

É verdade que o capital variável só perde a significação de um valor retirado do próprio fundo do capitalista^{4a}, quando observamos o processo de produção capitalista no fluxo contínuo de sua renovação. Esse processo, porém, tem de começar num ponto qualquer do espaço e do tempo. Olhando as coisas da posição a que chegamos, parece provável que o capitalista, numa dada ocasião, tornou-se possuidor de dinheiro, em virtude de uma acumulação primitiva, independente de trabalho alheio não-pago, e, por isso, pode ir ao mercado para comprar força de trabalho. Mas, de qualquer modo, a simples continuidade do processo de produção capitalista, ou a simples reprodução, opera outras mudanças extraordinárias que atingem não só a parte variável do capital, mas também o capital por inteiro.

Se a mais-valia anualmente produzida por um capital de 1.000 libras esterlinas for de 200 libras esterlinas, e se toda a mais-valia for consumida durante um ano, é claro que, após a repetição do mesmo processo durante cinco anos, a soma da mais-valia consumida = 5 x 200, ou igual ao valor do capital primitivamente desembolsado, de 1.000 libras. Se a mais-valia anual só fosse consumida parcialmente, digamos, pela metade, ter-se-ia, no fim de uma década, o mesmo resultado, pois 10 x 100 = 1.000. Regra geral: O valor do capital antecipado dividido pela mais-valia consumida anualmente dá o número de anos ou o número de períodos de reprodução, ao fim dos quais o capital originalmente antecipado pelo capitalista é consumido, desaparecendo, portanto. A crença do capitalista de que consome o produto do trabalho alheio não-pago, a mais-valia, e conserva o valor primitivo do capital em nada altera a realidade dos fatos. Após o decurso de certo número de anos, o valor do capital por ele possuído é igual à soma

da mais-valia de que se apropriou no mesmo número de anos, sem compensá-la por um equivalente, e a soma de valor que consumiu é igual ao valor primitivo do capital. Na verdade, conserva um capital cuja magnitude não se modificou, do qual uma parte — edifícios, máquinas etc. — já existia quando iniciou o negócio. Mas trata-se agora do valor do capital, e não de seus componentes materiais. Quando alguém consome todo o seu patrimônio assumindo dívidas no mesmo valor desse patrimônio, é claro que este passa a representar apenas o valor global de suas dívidas. Do mesmo modo, quando o capitalista consumiu o equivalente do capital que desembolsou, o valor desse capital representa apenas a soma global da mais-valia de que se apoderou gratuitamente. Não subsiste mais nenhum átomo de valor do capital antigo.

Pondo-se de lado a acumulação propriamente dita, a mera continuidade do processo de produção, isto é, a reprodução simples transforma necessariamente qualquer capital, após um período mais ou menos longo, em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. Se o capital, ao ser empregado no processo de produção, era produto do trabalho de seu investidor, torna-se ele, mais cedo ou mais tarde, valor adquirido sem equivalente, ou materialização, em dinheiro ou em outra forma, de trabalho alheio não-pago.

No capítulo IV, vimos que, para transformar dinheiro em capital, não basta a existência da produção e da circulação de mercadorias. É necessário haver antes, de um lado, possuidor de valor ou de dinheiro e, do outro, possuidor da substância criadora de valor; de um lado, possuidor dos meios de produção e dos meios de subsistência e, do outro, possuidor apenas da força de trabalho, tendo ambos de se encontrar como comprador e vendedor. A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e a força subjetiva do trabalho, é, portanto, o fundamento efetivo, o ponto de partida do processo de produção capitalista.

Mas o que no início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, a reprodução simples, o resultado peculiar, constantemente renovado e perpetuado, da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao ca-

⁴ “Menos de um quarto dos trabalhadores que existem na superfície da Terra se enquadra no regime de salários que são desembolsados pelos capitalistas.” (Richard Jones, *Textbook of lectures on the polit. economy of nations*, Hertford, 1852, p. 36.)

^{4a} “Embora o trabalhador da manufatura tenha seu salário antecipado pelo patrão, não tem este, na realidade, nenhuma despesa, uma vez que o valor dos salários, juntamente com um lucro, se reconstitui usualmente no valor aumentado do objeto a que foi aplicado o trabalho.” (A. Smith, *loc. cit.*, Livro II, Cap III, p. 355.)

pital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. Sendo o processo de produção, ao mesmo tempo, processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que suga a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que utilizam os produtores⁵. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente, riqueza objetiva, mas, sob a forma de capital, uma força que lhe é estranha o domina e explora, e o capitalista produz também constantemente a força de trabalho, mas sob a forma de uma fonte subjetiva de valor, separada dos objetos sem os quais não se pode realizar, abstrata, existente apenas na individualidade do trabalhador, em suma, o capitalista produz o trabalhador sob a forma de trabalhador assalariado⁶. Essa reprodução constante, essa perpetuação do trabalhador é a condição necessária da produção capitalista.

O trabalhador realiza dois tipos de consumo. Na produção, consome meios de produção com seu trabalho e transforma-os em produtos de valor maior que o desembolsado pelo capital. Este é o consumo produtivo. Ele é, ao mesmo tempo, consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador emprega o dinheiro pago para a compra da força de trabalho em meios de subsistência: este é seu consumo individual. O consumo produtivo e o individual do trabalhador são, portanto, totalmente diversos. No primeiro, opera como força propulsora do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo e realiza funções vitais fora do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, e o do outro é a vida do próprio trabalhador.

Quando estudamos a jornada de trabalho, vimos que o trabalhador é às vezes forçado a tornar seu consumo individual mero incidente do processo

de produção. Nesse caso, supre a si mesmo meios de subsistência, para manter sua força de trabalho em funcionamento, do mesmo modo que se fornece com carvão e água à máquina e óleo à roda. Os meios de consumo do trabalhador passam então a ser simples meios de consumo de um meio de produção, e seu consumo individual, consumo diretamente produtivo. Mas isto é um abuso que não parece ser inerente ao processo capitalista de produção⁷.

A coisa muda de aspecto quando consideramos não o capitalista e o trabalhador isolados, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora; não o processo de produção isolado, mas o processo de produção capitalista em sua continuidade e em toda a sua extensão social. Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta ele o valor do seu capital global. Com uma caiadada, mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que fornece em troca da força de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de força de trabalho, em nova força de trabalho explorável pelo capital, produção e reprodução do meio de produção mais imprescindível ao capitalista, o próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador constitui fator da produção e reprodução do capital, processa-se dentro ou fora da oficina, da fábrica etc., dentro ou fora do processo de trabalho, do mesmo modo que a limpeza da máquina, ocorra ela no processo de produção ou em determinadas pausas. Pouco importa que o trabalhador realize seu consumo individual tendo em vista sua própria satisfação, e não a do capitalista. As bestas de carga saboreiam o que comem, mas seu consumo não deixa, por isso, de ser um elemento necessário do processo de produção. A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital. O capitalista pode tranquilamente deixar o preenchimento dessa condição por conta dos instintos de conservação e de perpetuação dos trabalhadores. Sua verdadeira preocupação é restringir ao estritamente necessário o consumo individual dos trabalhadores, e está muito longe de imitar aqueles bárbaros sul-

⁵ "O consumo produtivo tem essa notável e peculiar propriedade: o que é consumido produtivamente é capital, e torna-se capital através do consumo." (James Mill, *loc. cit.*, p. 242.) J. Mill, entretanto, não investiga "essa notável e peculiar propriedade".

⁶ "É incontestável que muitos pobres obtêm emprego quando se estabelece pela primeira vez uma manufatura, mas eles permanecem pobres, e a continuação dela faz muitos pobres." (*Reasons for a limited exportation of wool*, Londres, 1677, p. 19.) "Ao arrendatário, afirma agora, absurdamente, que mantém os pobres. A realidade é que os pobres são mantidos na miséria." (*Reasons for the late increase of the poor rates: or a comparative view of the prices of labour and provisions*, Londres, 1777, p. 31.)

⁷ Rossi não declamaria tanto contra isso, se tivesse penetrado realmente no segredo do "consumo produtivo".

americanos que obrigam o trabalhador a substituir na sua alimentação o menos substancial pelo mais substancial⁸.

Por isso, o capitalista e seu ideólogo, o economista político, só consideram produtiva a parte do consumo individual do trabalhador necessária para perpetuar a classe trabalhadora, tendo, portanto, de ser realizada, a fim de que o capital possa consumir força de trabalho; o que o trabalhador vier a consumir, além disso, para seu próprio prazer, é consumo improdutivo⁹. Se a acumulação do capital causar uma elevação do salário, e, em consequência aumentar o consumo do trabalhador, sem consumo adicional de força de trabalho pelo capital, o capital suplementar seria consumido improdutivamente¹⁰. Na realidade, o consumo individual do trabalhador é, para ele mesmo, improdutivo, por isso reproduz o indivíduo necessitado; é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois constitui a produção da força que cria a riqueza alheia¹¹.

Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumental inanimado de trabalho. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital. Mas o processo procura evitar que lhe escapem esses instrumentos conscientes da produção, carecendo continuamente o que produzem para o pólo oposto do capital. O consumo individual assegura a conservação e reprodução dos trabalhadores

⁸ "Nas minas da América do Sul, a atividade diária dos trabalhadores (talvez a mais pesada do mundo) consiste em carregar sobre os ombros minério com peso de 180 a 200 libras, de uma profundidade de 450 pés para a superfície do solo. Vivem apenas de pão e feijão. Prefeririam alimentar-se apenas de pão, mas seus senhores verificaram que o rendimento de tão pesado trabalho é menor com a alimentação exclusiva de pão, e tratam os trabalhadores como cavalos, forçando-os a comerem feijão. O feijão é muito mais rico em fósforo de cal do que o pão." (Liebig, *loc. cit.*, Parte Primeira, p. 194, nota.)

⁹ James Mill, *loc. cit.*, pp. 238 e seguintes.

¹⁰ "Se o preço do trabalho sobe tanto que, apesar do acréscimo de capital, não se consegue empregar mais trabalho, diria que esse acréscimo de capital é consumido improdutivamente." (Ricardo, *loc. cit.*, p. 163.)

¹¹ "O único consumo produtivo no verdadeiro sentido da palavra é o consumo ou a destruição da riqueza [refere-se aos meios de produção] pelo capitalista, tendo em vista a reprodução. (...) O trabalhador (...) é um consumidor produtivo para a pessoa que o emprega e para o Estado, mas não para ele mesmo, estritamente falando." (Malthus, *Definitions etc.*, p. 30.)

e, destruindo os meios de subsistência, o contínuo reaparecimento dos trabalhadores no mercado de trabalho. O escravo romano era preso por gírlhões; o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus padrões e com a ficção jurídica do contrato.

Antes, o capital recorria à coação legal, quando lhe parecia necessário, para impor seus direitos de propriedade sobre o trabalhador livre. Assim, por exemplo, foi proibida na Inglaterra, até 1815, a emigração de mecânicos, sob pena de punições severas.

A reprodução da classe trabalhadora envolve ao mesmo tempo a transferência e a acumulação da habilidade, de uma geração para outra¹². O capitalista considera a existência de uma classe trabalhadora dotada de habilidade entre as condições de produção que lhe pertencem; vê nela a existência real de seu capital variável. É o que se comprova quando uma crise traz-lhe a ameaça de perdê-la. Com a Guerra Civil americana e a crise de algodão que a acompanhou, foi lançada à rua, conforme é notório, a maioria dos trabalhadores têxteis de Lancashire etc. Do seio da própria classe trabalhadora e de outras camadas sociais levantou-se o clamor pela proteção do estado e por uma subscrição nacional voluntária, a fim de possibilitar a emigração dos trabalhadores supérfluos para as colônias inglesas ou para os Estados Unidos. O *Times* publicou, em 24 de março de 1863, uma carta de Edmund Porter, ex-presidente da Câmara de Comércio de Manchester. Na Câmara dos Comuns, sua carta foi considerada "o manifesto dos fabricantes"¹³. Reproduzimos alguns trechos característicos, em que se expressa, sem rebuços, o direito de propriedade do capital sobre a força de trabalho.

"Pode-se dizer aos trabalhadores de algodão que são demais no mercado (...) que seu número deve ser talvez reduzido de um terço, quando se estabelecer uma procura sadia para os dois terços restantes. (...) A opinião pública clama pela emigração. (...) O patrão não pode ver com boa vontade uma remoção de sua força de trabalho; pode considerá-la um erro e uma injustiça. (...) Se a emi-

¹² "A única coisa da qual se pode dizer que foi acumulada e preparada de antemão é a habilidade do trabalhador. (...) A acumulação e o armazenamento do trabalho qualificado, essa importantíssima operação, no tocante à grande massa dos trabalhadores, é levada a cabo sem a ajuda de qualquer capital." (Hodgskin, *Labour defendéd etc.*, pp. 12 e 13.)

¹³ "Essa carta pode ser considerada o manifesto dos fabricantes." (Ferrand, *Moção sobre a crise de algodão*, sessão da Câmara dos Comuns, de 27 de abril de 1863.)

gração é apoiada com recursos oficiais, tem o patrão o direito de ser ouvido e talvez de protestar.”

Potter discorre sobre a utilidade da indústria têxtil algodoeira, que “drenou, sem dúvida, a população da Irlanda e dos distritos agrícolas ingleses”; sobre sua enorme extensão; sobre sua participação de 1/2 em toda a exportação inglesa, em 1860; sobre sua expansão nos próximos anos com a ampliação do mercado, especialmente o da Índia e sobre a obtenção de uma suficiente “oferta de algodão, a 6 *pence* a libra-peso”. E prossegue:

“O tempo, um, dois, três anos talvez, produzirá a quantidade necessária. (...) Perguntaria então: vale a pena manter essa indústria? Vale a pena conservar em ordem a maquinaria [as máquinas de trabalho vivas], e não será a maior loucura pensar em jogá-la fora? Penso que sim. Admito que os trabalhadores não são uma propriedade que pertença a Lancashire e ao patrão; mas eles são a força de ambos; são a força mental e treinada que não pode ser substituída numa geração; a outra maquinaria, entretanto, com que trabalham, poderia ser substituída em grande parte, com vantagem, e ainda aperfeiçoada em doze meses¹⁴. Que será do capitalista se a emigração da força de trabalho for encorajada ou permitida?”

Esse grito do fundo do coração nos lembra Kalbl, marechal da corte, em pânico diante da possibilidade de perder o bem-bom.

“(...) Tirai a nata dos trabalhadores, e o capital fixo se depreciará grandemente, e o capital de giro não se exporá à luta com a pequena oferta de trabalho de qualidade inferior. (...) Dizem que os próprios trabalhadores desejam a emigração. É natural que assim seja. (...) Se reduzirdes, se comprimirdes o ramo têxtil

algodoeiro, tirando-lhe sua força de trabalho, diminuindo de 1/3, digamos, seu dispêndio em salários, ou seja, de cinco milhões de libras, que será da classe que vem imediatamente acima dos trabalhadores, os pequenos mercadores? Que ocorreria com a renda da terra, com o aluguel que os trabalhadores pagam para morar? (...) Com o pequeno arrendatário, com os melhores chefes de família e com o proprietário de terras? Haveria algum plano que fosse, para todas as classes do país, mais suicida do que esse de enfraquecer a nação, exportando seus melhores operários e depreciando parte de seu capital mais produtivo e de sua riqueza? (...) Sugiro um empréstimo de 5 a 6 milhões de libras esterlinas, repartindo-se por 2 ou 3 anos, administrado por comissários especiais, que funcionariam junto à administração de assistência aos pobres nos distritos têxteis algodoeiros, de acordo com uma regulamentação legal específica que estabelecesse trabalho compulsório, para manter o moral dos beneficiários do empréstimo. (...) Pode acontecer algo pior ao proprietário de terras ou ao patrão do que perder seus melhores trabalhadores e ver os restantes desmoralizados e frustrados por uma tensa emigração despovente e por uma exaustão de valores e de capital em toda uma região?”

Potter, o porta-voz da indústria têxtil algodoeira, distingue duas espécies de maquinaria que pertencem ao capitalista: uma fica na fábrica; a outra fica fora dela à noite e aos domingos, em seus casebres. Uma é inanimada; a outra tem vida. A maquinaria inanimada deteriora-se e deprecia-se cada dia, mas, além disso, grande parte dela se torna obsoleta tão rapidamente, com o contínuo progresso técnico, que ela pode ser substituída vantajosamente, e em poucos meses, por nova maquinaria. A maquinaria viva, ao contrário, melhora à medida que dura, quanto mais acumula a habilidade de gerações. Retrucando a esse magnata da indústria, afirma o *Times*:

“O Sr. Edmund Potter está tão impressionado com a importância excepcional e suprema dos industriais de algodão que, para manter essa classe e perpetuar seu negócio, quer encerrar meio milhão de trabalhadores, contra a própria vontade, num asilo de trabalho que manterá o moral deles. ‘Vale a pena manter essa indústria?’, pergunta ele. ‘Sem dúvida, por todos os meios honestos’, respondemos. O Sr. Potter faz outra pergunta: ‘Vale a pena manter a maquinaria em ordem?’ Ai hesitamos. Por maquinaria, o Sr. Potter entende a maquinaria humana, assegurando não pretender considerá-la propriedade absoluta. Temos de confessar que achamos não valer a pena nem mesmo ser possível conservar a maquinaria humana em ordem, isto é, aprisioná-la e lubrificá-la até precisar-se dela. A maquinaria humana tem a propriedade de enferrujar na ina-

¹⁴ Não nos esqueçamos de que o capital, em circunstâncias ordinárias, fala outra linguagem quando se trata de reduzir salários. Então os patrões são unânimes em declarar (vide p. 484, nota 188): “Os trabalhadores das fábricas deveriam lembrar-se, agradecidos, de que seu trabalho é de baixa qualificação, não havendo nenhum outro mais fácil de ser adquirido ou mais bem remunerado, considerada sua qualidade; nem mais fácil de ser aprendido pelo menos experimentado e pelo maior número. A maquinaria do patrão [que, conforme acabamos de ouvir, pode ser substituída e aperfeiçoada com vantagem em doze meses] desempenha de fato na atividade da produção papel muito mais importante que o trabalho e a habilidade do trabalhador [que agora não se pode obter em 30 anos], que se pode adquirir em 6 meses de instrução e está ao alcance de qualquer braço de campo.”

¹ Personagem de Schiller, em *Kabale und Liebe*.

tividade, por mais lubrificada e polida que seja. Além disso, a maquinaria humana, conforme acabamos de aprender, é capaz de aumentar a pressão do vapor, por impulso próprio, e estourar ou lançar-se furiosamente à destruição em nossas grandes cidades. Conforme diz o Sr. Potter, pode ser necessário algum tempo para reproduzir os trabalhadores, mas, com maquinistas e capitalistas à mão, encontramos sempre homens econômicos, duros, industriais para transformar de improviso em chefes de fábrica, numa quantidade maior do que a que poderemos precisar em qualquer ocasião. (...) O Sr. Potter fala de uma reanimação da indústria em um, dois, três anos e exige que não se estimule nem se permita a emigração da força de trabalho. Diz ser natural que os trabalhadores desejem emigrar; mas pensa que, apesar desse desejo, a nação deve manter esse meio milhão de trabalhadores com 700.000 dependentes confinados nos distritos têxteis algodoeiros; e, como consequência necessária, deve, naturalmente, achar que cabe à nação reprimir o descontentamento dos trabalhadores pela força e sustentá-los com esmolas, até o dia em que os patrões venham a precisar deles. (...) Chegou a hora em que a grande opinião pública destas ilhas tem de fazer alguma coisa para salvar essa força de trabalho daqueles que querem tratá-la como tratam carvão, ferro e algodão.¹⁵

O artigo do *Times* teve apenas a repercussão de seu brilho. O "grande público" achou, na realidade, de acordo com Potter, que os trabalhadores fabris já eram parte dos móveis das fábricas. A emigração dos trabalhadores foi impedida. Foram confinados, nesse asilo moral de trabalho, os distritos algodoeiros, e continuam a constituir "a força dos patrões da indústria têxtil algodoeira de Lancashire".

Com o próprio funcionamento, o processo capitalista de produção re-produz, portanto, a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho, perpetuando, assim, as condições de exploração do trabalhador. Compele sempre o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver, e

¹⁵ *Times*, 24 de março de 1863.

¹⁶ O Parlamento não votou nenhum recurso para a emigração. Em compensação, promulgou leis que capacitaram as municipalidades a manter os trabalhadores entre a vida e a morte ou a explorá-los, sem pagar-lhes salários normais. Entretanto, três anos mais tarde, quando uma epidemia atacou o gado, o Parlamento violentou suas praxes e votou, num instante, milhões para indenizar os milionários proprietários das terras, cujos arrendatários conseguiram evitar prejuízos recorrendo apenas à elevação do preço da carne. Os mugidos bestiais dos proprietários das terras, ao abrir-se o Parlamento de 1866, demonstram que um ser humano pode adorar a vaca Sabala, sem ser hindu, e pode transformar-se em boi, sem ser Júpiter.

capacita sempre o capitalista a comprá-la, para enriquecer-se¹⁷. Não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que, continuamente, lança o primeiro como vendedor de sua força de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, o trabalhador perence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica¹⁸ se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de patões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado¹⁹.

A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado²⁰.

Capitalist and worker

¹⁷ "O trabalhador precisava de meios de subsistência, para viver; o patrão precisava de trabalho, para ganhar." (Simondi, *loc. cit.*, p. 91.)

¹⁸ No condado de Durham, existe uma forma rústica e grosseira dessa servidão. É um dos poucos condados em que as circunstâncias não asseguram ao proprietário direito incontestado de propriedade sobre os jornaleros agrícolas. A indústria de mineração deixa a estes uma margem de escolha. Contratando a regra, o empresário agrícola, nesse condado, só arrenda terras que tenham habitações para os trabalhadores. O aluguel do casbre constitui parte do salário. Chamam a esses casebres de "hind's houses". São alugados aos trabalhadores sob certas obrigações feudais, sob um contrato que tem o nome de "bondage" (servidão), e obriga o trabalhador, por exemplo, a colocar sua filha etc. em seu lugar, enquanto estiver trabalhando noutra parte. O próprio trabalhador é chamado de servo. Esse sistema de relação mostra, sob um aspecto inteiramente novo, como o consumo individual do trabalhador se torna consumo em favor do capital ou consumo produtivo: "É interessante observar que até as dejeções do servo fazem parte das prerrogativas do amo calicultista. (...) O arrendatário não permite a existência de nenhuma privada, a não ser a sua, em toda a vizinhança, e a esse respeito não permite nenhum arranjo em seus direitos susseranos." (*Public Health*. VII *Rep.* 1864 p. 188.)

¹⁹ Não esqueçamos que desaparece, no trabalho das crianças etc., a formalidade de o trabalhador realizar sua própria venda.

²⁰ "O capital pressupõe o trabalho assalariado, e o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles se condicionam e se reproduzem, reciprocamente. Numa fábrica têxtil algodoeira, produz o trabalhador apenas artigos de algodão? Não, ele produz capital. Produz valores que servem de novo para comandar seu trabalho e para criar, através deles mesmos, novos valores." (Karl Marx, *Lohnarbeit und Kapital* em *N. Leuel Rh [einische]* n.º 266, 7 de abril de 1849.) Os artigos publicados sob esse título na *N. Rh. Z.*, tiret-os das palestras que fiz sobre o tema em 1847, na Associação dos Trabalhadores Alemães, em Bruxelas, e cuja impressão foi interrompida pela revolução de fevereiro.

XXXII. Transformação da mais-valia em capital

1. A REPRODUÇÃO AMPLIADA. TRANSMUTAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DA PRODUÇÃO MERCANTIL EM DIREITO DE PROPRIEDADE CAPITALISTA

Vimos como a mais-valia se origina do capital e veremos agora como o capital nasce da mais-valia. Aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama de acumulação de capital²¹.

Primeiro, examinemos essa operação do ponto de vista de um capitalista isolado. Um empresário de fição, por exemplo, adiantou um capital de 10.000 libras esterlinas, quatro quintos das quais em algodão, máquinas etc. e um quinto em salários. Em consequência, produz por ano 240.000 libras-peso de fios, no valor de 12.000 libras esterlinas. Admitindo-se uma taxa de mais-valia de 100%, a mais-valia se corporifica no produto excedente ou produto líquido de 40.000 libras-peso de fio, a sexta parte do produto bruto, a qual tem um valor de 2.000 libras esterlinas, a ser realizado através da venda. Uma soma de 2.000 libras esterlinas é sempre uma soma de 2.000 libras esterlinas. Podemos cheirá-la e examiná-la e não descobriremos nela a mais-valia. Quando sabemos que determinado valor é mais-valia, sabemos como chegou às mãos de seu possuidor, mas isso em nada altera a natureza do valor ou do dinheiro.

Para transformar a quantia adicional de 2.000 libras esterlinas em capital, o empresário de fição, não se alterando as demais condições, desmoltará quatro quintos dela para comprar algodão etc. e um quinto para comprar novos fiandeiros, que encontrarão no mercado os meios de subsistência cujo valor o patrão lhes adiantou. Então, funciona na fição o novo capital de 2.000 libras esterlinas e produz, por sua vez, uma mais-valia de 400 libras esterlinas.

²¹ "Acumulação do capital: emprego de uma parte da renda como capital." (Malthus, *Definitions* etc., ed. Cazenove, p. 11.) "Transformação de renda em capital." (Malthus, *Princ. of Pol. Econ.*, 2ª ed., Londres, 1836, p. 320.)

O valor do capital foi desembolsado originalmente sob a forma de dinheiro; a mais-valia, ao contrário, existe, em sua origem, como valor de determinada parte do produto bruto. Se este é vendido, transformado em dinheiro, o valor do capital readquire sua forma primitiva, e a mais-valia muda sua forma primitiva de existência. A partir desse momento, o valor do capital e a mais-valia são quantias de dinheiro e se opera do mesmo modo sua conversão ulterior em capital. O capitalista emprega ambas as quantias na compra de mercadorias que o capacitam a recomençar a fabricação de seu artigo, e, desta vez, em escala ampliada. Mas, para comprar essas mercadorias, tem de encontrá-las no mercado.

Seus fios só circulam porque ele, como fazem todos os capitalistas, lança no mercado sua produção anual. Mas, antes de chegarem ao mercado, as mercadorias já faziam parte do fundo anual de produção, isto é, da massa global de objetos de todas as espécies em que se transformara, no curso do ano, a soma de todos os capitais individuais ou todo o capital social, do qual cada capitalista possui apenas uma parte alíquota. As operações do mercado efetivam apenas o intercâmbio dos elementos componentes da produção anual, fazendo-os passar de mãos; mas não podem nem aumentar o total da produção do ano nem alterar a natureza dos objetos produzidos. O uso a que se pode prestar a produção do ano depende, portanto, de sua própria composição, e nunca da circulação.

A produção anual tem, primeiro, de fornecer todos os objetos, valores-de-uso, que servirão para substituir os elementos materiais do capital, consumidos no curso do ano. Depois de deduzir esses elementos, resta o produto excedente ou líquido em que se concretiza a mais-valia. E de que se compõe esse produto excedente? De coisas destinadas a satisfazer as necessidades e os prazeres da classe capitalista, constituindo seu fundo de consumo? Se fosse exatamente assim, haveria uma dissipação alegre e total da mais-valia e ocorreria apenas reprodução simples.

Para acumular, é necessário transformar parte do produto excedente em capital. Mas, sem fazer milagres, só se pode transformar em capital coisas que são aplicáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção, e coisas das quais o trabalhador precisa para manter-se, isto é, meios de subsistência. Em consequência, parte do trabalho anual excedente tem de ser transformado para produzir meios adicionais de produção e de subsistência acima da quantidade necessária para substituir o capital adiantado. Em suma, a mais-valia só pode ser transformada em capital porque o produto

excedente, do qual ela é o valor, já contém os elementos materiais de um novo capital^{21a}.

Para fazer esses elementos materiais funcionarem realmente como capital, a classe capitalista precisa apenas de um acréscimo de trabalho. Não sendo possível aumentar extensiva ou intensivamente a exploração dos trabalhadores já empregados, têm de ser utilizadas forças de trabalho adicionais. O mecanismo da produção capitalista já resolveu esse problema, reproduzindo a classe trabalhadora como classe que depende de salário e à qual este ordinariamente assegura não só a conservação, mas a multiplicação. O capital precisa apenas incorporar essas forças de trabalho adicionais anualmente fornecidas, em diversas idades, pela classe trabalhadora aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual. Com isso, completa-se a transformação da mais-valia em capital. De um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. O círculo em que se move a reprodução simples muda, então, sua forma e transforma-se, segundo a expressão de Sismondi, em espiral^{21b}.

Voltemos ao nosso exemplo. É a velha história: Abraão gerou Isaac, Isaac gerou Jacó etc. O capital primitivo de 10.000 libras esterlinas produz mais-valia de 2.000 libras que é capitalizada. O novo capital de 2.000 libras produz mais-valia de 400 libras; esta quantia, por sua vez capitalizada, transformada num segundo capital adicional, produz nova mais-valia de 80 libras; e assim por diante.

Pomos de lado agora a parte da mais-valia consumida pelo capitalista. Tampouco nos interessa, no momento, saber se os capitais adicionais são juntados ao capital primitivo ou se funcionam separadamente; se são explorados pelo mesmo capitalista que os acumula ou por outro. Não devemos esquecer que, ao lado dos novos capitais, continua o capital primitivo a se

^{21a} Omitimos aqui o comércio exterior, por meio do qual uma nação pode transferir artigos de luxo em meios de produção ou meios de subsistência e vice-versa. Para desembrasar nossa análise de circunstâncias acessórias perturbadoras, consideramos todo o mundo comercial como se pertencesse a uma única nação, e pressupomos que a produção capitalista se estabeleceu por toda a parte e apoderou-se de todos os ramos industriais.

^{21b} Ao analisar a acumulação, Sismondi comete o erro de se contentar demasiadamente com a frase "transformação da renda em capital", sem examinar a fundo as condições materiais dessa operação.

reproduzir e a produzir mais-valia e que o mesmo é verdade para cada capital acumulado em relação ao capital adicional que produziu.

O capital primitivo era constituído pela antecipaçào de 10.000 libras esterlinas. Como o obteve seu possuidor? Os corifeus da economia politica^{21c} respondem unanimemente: com seu próprio trabalho e o de seus antepassados. E essa suposiçào parece ser realmente a única que se harmoniza com as leis da produçào de mercadorias.

Mas a coisa é totalmente diversa com o capital adicional de 2.000 libras. Sabemos precisamente como ele se originou. É mais-valia capitalizada. Desde a origem, não contém ela nenhuma partícula de valor que não derive de trabalho alheio não-pago. Os meios de produçào aos quais se incorpora a força de trabalho adicional e os meios de subsistência com os quais se mantém essa força não são mais do que elementos integrantes do produto excedente, do tributo que a classe capitalista anualmente extrai da classe trabalhadora. Quando aquela, com uma parte do tributo compra a força de trabalho adicional desta, mesmo pelo seu preço total, de modo que se troque equivalente por equivalente, volta a repetir-se o velho procedimento do conquistador, que paga as mercadorias fornecidas pelo vencido com o dinheiro que arrancou dele.

Quando o capital adicional emprega o trabalhador que o produziu, tem este de continuar a aumentar o valor do capital original e, além disso, de comprar a restituçào do produto de seu trabalho anterior com mais trabalho do que aquele que o produto custou. Encarando-se como transaçào entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, em nada muda a situaçào, a circunstância de se empregarem trabalhadores adicionais com o trabalho não-pago dos que estavam empregados até entào. O capitalista talvez transforme o capital adicional numa máquina que lançará na rua os que produzem o capital adicional, substituindo-os por algumas crianças. De qualiziram esse capital adicional, substituindo-os por algumas crianças. De qualquer modo, a classe trabalhadora criou, com o trabalho excedente do corrente ano, o capital que empregará, no próximo ano, trabalho adicional²². Isto é o que se chama produzir capital com capital.

O pressuposto para a acumulaçào do primeiro capital adicional de

2.000 libras esterlinas foi uma quantia de 10.000 libras adiantada pelo capitalista, a ele pertencente em virtude de seu trabalho primitivo. O pressuposto do segundo capital adicional de 400 libras esterlinas foi a acumulaçào prévia das 2.000 libras, das quais as 400 libras são a mais-valia capitalizada. Patentea-se aí que a única condiçào para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não-pago em escala crescente é a propriedade sobre trabalho passado não-pago. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais poderá acumular.

A mais-valia que constitui o capital adicional número I resulta da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que se enquadra nas leis da troca de mercadorias e que, encarada juridicamente, pressupõe livre disposiçào por parte do trabalhador de suas próprias faculdades e, do lado do possuidor de dinheiro e das mercadorias, livre disposiçào sobre os valores que lhe pertencem. O capital adicional número II resulta do número I, sendo, portanto, consequência da relaçào anterior. Cada transaçào particular corresponde sempre à lei da troca de mercadorias, comprando sempre o capitalista a força de trabalho e vendendo-a sempre o trabalhador, e admitiremos que pelo valor real. Nessas condiçõe, é evidente que o direito de propriedade privada, baseado sobre a produçào e circulaçào das mercadorias, se transmuda em seu oposto, em virtude de sua própria dialética interna, inexorável. No início, havia uma troca de equivalentes. Depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. A relaçào de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulaçào, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo, e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente. Originalmente, o direito de propriedade parecia fundamentado sobre o próprio trabalho. Essa suposiçào era pelo menos necessária, uma vez que se confrontavam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o único meio de que uma pessoa dispõe para apropriar-se de mercadoria alheia é alienar a própria, e estas só podem ser produzidas com trabalho. Agora, do lado capitalista, a proprie-

^{21c} "O trabalho primitivo a que o capital deveu sua origem." (Sismondi *loc. cit.*, ed. Paris, t. I, p. 109.)

²² "O trabalho cria o capital, antes de o capital empregar o trabalho." (E. G. Wakefield, *England and America*, Londres, 1833, VII, p. 110.)

dade revela-se o direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou do seu produto e, do lado do trabalhador, a impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho. A dissociação entre a propriedade e o trabalho se torna consequência necessária de uma lei que, claramente, derivava da identidade existente entre ambos²³.

Por mais que o modo capitalista de apropriar-se do trabalho alheio pareça chocar-se com as primitivas leis da produção mercantil, ele não surge da transgressão delas, mas, ao contrário, de sua aplicação. Isto pode ser mais uma vez esclarecido através de um pequeno retrospecto sobre a sequência de fases cujo resultado final é a acumulação capitalista.

Vimos primeiramente que a transformação original de uma soma de dinheiro em capital ocorreu estritamente de acordo com as leis da troca. Um contratante vende sua força de trabalho; o outro a compra. O primeiro recebe o valor de sua mercadoria, cujo valor-de-uso o trabalho aliena, em consequência disso, ao segundo. Este transforma então os meios de produção que já lhe pertencem, com a ajuda do trabalho de que se tornou proprietário, num produto que, de direito, também é dele.

O valor do produto inclui, primeiro, o valor dos meios de produção consumidos. O trabalho útil não pode consumir esses meios de produção sem transferir o valor deles ao novo produto; mas a força de trabalho, para ser vendável, tem de ser capaz de fornecer trabalho útil no ramo industrial onde é aplicada.

O valor do novo produto abrange ainda o equivalente ao valor da força de trabalho e uma mais-valia. Abrange esta porque a força de trabalho vendida por determinado espaço de tempo — dia, semana etc. — possui menos valor do que aquele que é criado nesse tempo com seu emprego. Mas o trabalhador recebeu em pagamento o valor-de-troca de sua força de trabalho, alienando por isso seu valor-de-uso, o que sucede em qualquer compra e venda.

A circunstância de essa mercadoria especial, a força de trabalho, possuir o valor-de-uso peculiar de fornecer trabalho e, portanto, criar valor em na da altera a lei geral da produção de mercadorias. Se a soma de valores

²³ A propriedade do capitalista sobre o produto do trabalho alheio “é estrita consequência da lei da apropriação, cujo princípio fundamental era, ao contrário, o direito exclusivo de propriedade do trabalhador sobre o produto de seu trabalho”. (Cherbuliez, *Richesse ou pauvreté*, Paris, 1841, p. 58.) Cherbuliez, entretanto, não acha a explicação exata para essa transmutação dialética.

adiantada em salários, além de reproduzida no produto, é acrescida de uma mais-valia, não provém isto de um logro ao vendedor, que recebeu o valor de sua mercadoria, mas do emprego que o comprador fez dessa mercadoria.

A lei da troca pressupõe igualdade apenas para os valores-de-troca das mercadorias que se intercambiavam. Pressupõe mesmo diversidade entre seus valores-de-uso, e nada tem a ver com o emprego delas, que só começa depois de concluído o negócio.

A primeira transformação do dinheiro em capital realiza-se, portanto, na mais perfeita concordância com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade que delas decorre. Apesar disso, essa transformação tem por consequência:

- 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador;
- 2) que o valor desse produto abrange, além do valor do capital adiantado, uma mais-valia que ao trabalhador custou trabalho e ao capitalista, nada, a qual, entretanto, se torna propriedade legítima do capitalista;
- 3) que o trabalhador reproduziu sua força de trabalho e pode vendê-la novamente, se achar um comprador.

A reprodução simples é apenas a repetição periódica dessa primeira transformação; o dinheiro se transforma continuamente em capital. A lei não é violada; ao contrário, ela tem a oportunidade de operar permanentemente.

“Muitas trocas sucessivas apenas fazem da última a representante da primeira.” (Sismondi, *loc. cit.*, p. 70).

Apesar disso, vimos que a reprodução simples basta para imprimir a essa transformação original, considerada como transação isolada, uma feição totalmente diversa.

“Entre os que participam da renda nacional, uns [os trabalhadores] adquirem cada ano um novo direito contra ela por meio de um novo trabalho; os outros [os capitalistas] adquiriram anteriormente um direito permanente contra ela por meio de um primitivo trabalho.” (Sismondi, *loc. cit.*, pp. 110 e 111.)

Por certo, não é só no domínio do trabalho que a primogenitura faz milagres.

Não importa que a reprodução simples seja substituída pela reprodução em escala ampliada, pela acumulação. Naquela, o capitalista consome

toda a mais-valia; nestra, patenteia sua virtude burguesa consumindo apenas uma parte da mais-valia e transformando o resto em dinheiro.

A mais-valia é sua propriedade, sem ter perencido a mais ninguém. Se a desembolsa para a produção, adianta recursos próprios do mesmo modo que no primeiro dia em que foi ao mercado. A circunstância de seus recursos, desta vez, derivarem do trabalho não-pago de seus trabalhadores em nada altera a situação. Se o trabalhador B é empregado com a mais-valia produzida pelo trabalhador A, A terá fornecido essa mais-valia, sem que o justo preço de sua mercadoria tenha sofrido qualquer redução, e B nada terá a ver com esse negócio. O que B exige e tem direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho.

“Ambos saem ganhando: o operário, porque teve os frutos de seu trabalho adiantados [isto é, os frutos do trabalho gratuito de outros operários], antes de realizá-lo [isto é, antes de seu trabalho ter produzido frutos]; o patrão, porque o trabalho desse operário vale mais que o salário [isto é, produz valor superior ao do salário].” (Sismondi, *loc. cit.*, p. 135.)

Na verdade, a coisa muda inteiramente de aspecto quando observamos a produção capitalista no fluxo ininterrupto de sua renovação e, em lugar do capitalista isolado e do trabalhador isolado, consideramos a totalidade, a classe capitalista e, diante dela, a classe trabalhadora. Mas, desse modo, aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias.

Na produção mercantil, confrontam-se vendedor e comprador, independentes entre si. Suas relações reciprocas cessam no mesmo dia em que acaba o contrato que fizeram. Se a transação se repetir, será em virtude de novo contrato, que nada tem a ver com o precedente, e só uma casualidade levará o mesmo comprador e o mesmo vendedor a se encontrarem novamente.

Para julgar, portanto, a produção de mercadorias ou um fenômeno que pertença à sua esfera, temos de considerar em si mesmo cada ato de troca, fora de qualquer conexão com o ato de troca que o precedeu e com o que o segue. E uma vez que compras e vendas só se realizam entre indivíduos, é inadmissível procurar nelas relações entre classes inteiras da sociedade.

Por maior que seja a sequência das reproduções periódicas e das acumulações percorridas pelo capital que hoje funciona, conserva ele sempre sua

virgindade original. Enquanto se observam as leis da troca em cada ato de troca isoladamente considerado, pode o modo de apropriação experimentar uma transformação total sem que se fira de qualquer modo o direito de propriedade inerente à produção de mercadorias. Esse direito vigora não só na época inicial, em que o produto pertence a quem o produz e em que esse produtor, trocando equivalente por equivalente, só pode enriquecer-se com o próprio trabalho; esse direito vigora também no período capitalista, em que a riqueza social, em proporção cada vez maior, torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se continuamente de trabalho não-pago.

Esse resultado torna-se inevitável quando a força de trabalho é vendida livremente como mercadoria pelo próprio trabalhador. Mas só a partir de então generaliza-se a produção de mercadorias que se torna forma típica de produção; só a partir de então todo produto que se faz é destinado à venda, desde a sua origem, e toda a riqueza produzida passa pela circulação. A produção de mercadorias só se impõe a toda a sociedade e desenvolve suas potencialidades ocultas quando o trabalho assalariado se torna sua base. Dizer que a interferência do trabalho assalariado vicia a produção de mercadorias é dizer que a produção de mercadorias, para manter-se pura, não deve desenvolver-se. Ela se desenvolve de acordo com suas leis iminentes, convertendo-se em produção capitalista, e, na mesma extensão, as leis da propriedade inerentes à produção de mercadorias se transformam em leis da apropriação capitalista²⁴.

Vimos que, mesmo na reprodução simples, todo capital adiantado, como quer que tenha sido originalmente obtido, transforma-se em capital acumulado ou mais-valia capitalizada. No fluxo da produção, todo o capital originalmente adiantado se torna uma grandeza evanescente, em face do capital diretamente acumulado, isto é, da mais-valia ou do produto excedente que se converte em capital, seja nas mãos de quem produziu a mais-valia ou em mãos alheias. A economia política apresenta, por isso, o capital como “riqueza acumulada” (mais-valia ou renda transformadas), que se emprega para produzir nova mais-valia²⁵, e o capitalista como “o possui-

²⁴ Admira a mágica de Proudhon, que quer eliminar a propriedade capitalista utilizando contra ela as leis eternas da propriedade que regem a produção de mercadorias.

²⁵ “Capital é riqueza acumulada empregada para a obtenção de lucro.” (Malthus, *loc. cit.*, [p. 262].) “O capital (...) é constituído por riqueza, economizada da renda e empregada para se obter lucro.” (R. Jones, *Textbook of lectures on the political economy of nations*, Hertford, 1852, p. 16.)

dor do produto excedente"²⁶. Expressa o mesmo ponto de vista quem diz que todo o capital existente é constituído de juros acumulados ou capitalizados, pois os juros constituem uma fração da mais-valia²⁷.

2. CONCEPÇÃO ERRÔNEA DA ECONOMIA POLÍTICA SOBRE A REPRODUÇÃO AMPLIADA

Antes de entrarmos em pormenores sobre a acumulação ou a conversão da mais-valia em capital, é mister eliminar a ambiguidade criada pelos economistas clássicos.

As mercadorias que o capitalista compra, para seu consumo, com uma parte da mais-valia não lhe servem, evidentemente, de meios de produção e de criação de valor; também não é trabalho produtivo o que ele compra para satisfazer suas necessidades naturais e sociais. Ao comprar essas mercadorias e esse tipo de trabalho, consome ou despende a mais-valia como renda, em vez de transformá-la em capital. A concepção da velha nobreza "consistia em consumir o que existe", segundo a acertada expressão de Hegel, e notadamente em ostentar luxo pessoal. Para a economia burguesa, ao contrário, é da maior importância proclamar a acumulação de capital como o primeiro dever de cidadania e pregar incansavelmente que não se pode acumular consumindo-se toda a renda e que se deve gastar boa parte dela no emprego de trabalhadores adicionais, cujo rendimento é superior ao custo. Além disso, os economistas burgueses tinham de combater o preconceito popular que confunde a produção capitalista com entesouramento²⁸ e

²⁶ "Os possuidores do produto excedente ou capital." (*The source and remedy of the national difficulties. A letter to Lord John Russell*, Londres, 1821, [p. 41].)

²⁷ "Capital, formado com os juros compostos sobre cada porção do capital poupado, cresce tanto que toda a riqueza do mundo da qual deriva renda é constituída, há muito tempo, pelos juros que incidem sobre o capital." (*Economist*, de Londres, de 19 de julho de 1851.)

²⁸ "Nenhum economista hodierno pode identificar economizar com entesourar. Excluída essa identificação simplista, que não leva a nenhum resultado, só se pode imaginar, do ponto de vista da riqueza nacional, o emprego da palavra economizar relacionando-a com o modo de aplicação do que foi economizado, o qual se caracteriza por uma distinção entre as diferentes espécies de trabalho mantidas por essa aplicação." (Malhus, *loc. cit.*, pp. 38 e 39.)

imagina, por isso, que riqueza acumulada é riqueza que escapa à destruição, permanecendo em sua forma natural e deixando de ser consumida, ou riqueza que é retirada da circulação. A retirada do dinheiro da circulação impediria totalmente sua expansão como capital, e a acumulação de mercadorias com fins de entesouramento não passaria de uma loucura^{28a}. As mercadorias se acumulam em grandes proporções quando a circulação paralisase ou há superprodução²⁹. Impressiona a imaginação popular o quadro dos bens armazenados pelos ricos para consumo gradativo e também a formação de estoques, que ocorre em todos os modos de produção e que examinaremos quando fizermos a análise do processo de circulação.

A economia clássica está certa quando põe em destaque que o consumo do produto excedente por trabalhadores produtivos, e não por trabalhadores improdutivos, é elemento característico do processo de acumulação. Mas seu erro começa justamente aí. Foi A. Smith quem lançou em moda a idéia de que a acumulação é apenas consumo do produto excedente por trabalhadores produtivos, ou seja, de que a capitalização da mais-valia é apenas a transformação desta em força de trabalho. Ouçamos, por exemplo, Ricardo:

"Devemos compreender que todos os produtos de um país são consumidos; porém faz diferença maior do que se pode pensar saber se foram consumidos por aqueles que reproduzem outro valor, ou por aqueles que não o reproduzem. Quando dizemos que renda é economizada e adicionada ao capital, queremos dizer que a parte da renda da qual se afirma ter sido adicionada ao capital é consumida por trabalhadores produtivos, e não por trabalhadores improdutivos. Não há erro maior que o de supor que o capital aumenta por não ser consumido."³⁰

Não há erro maior que esse que Ricardo e todos os economistas posteriores repetem, de acordo com A. Smith, que

^{28a} Balzac, que analisou tão profundamente todos os matizes da avarizia, criou a figura de Gobseck, o velho avarento que, na sua demência, começa a formar um tesouro acumulando mercadorias.

²⁹ "Acumulação de estoques (...) cessação das trocas (...) superprodução. (Th. Colbet, *loc. cit.*, p. 104.)

³⁰ Ricardo, *loc. cit.*, p. 163, nota.

"(...) a parte da renda que se diz ter sido adicionada ao capital é consumida por trabalhadores produtivos."

De acordo com essa concepção, toda mais-valia que se transforma em capital converte-se em capital variável. Mas, bem ao contrário, ela se reparte, como o valor primitivamente adiantado, em capital constante e capital variável, em meios de produção e em força de trabalho. Força de trabalho é a forma em que o capital variável existe dentro do processo de produção. Nesse processo, ela é consumida pelo capitalista. Por sua vez, ela consome, com sua função, o trabalho, os meios de produção. Ao mesmo tempo, o dinheiro pago para comprar a força de trabalho se transforma em meios de subsistência que são consumidos não pelo trabalho produtivo, mas pelo trabalhador produtivo. Através de uma análise fundamentalmente errada, chega A. Smith ao absurdo resultado de que, embora cada capital individual se divida em parte constante e parte variável, o capital social acaba sendo apenas capital variável ou é despendido apenas para pagar salários. Se um fabricante de roalhas transformar 2.000 libras em capital, utiliza uma parte do dinheiro para comprar recelões e outra para comprar fios de algodão, máquinas etc. Mas as pessoas das quais ele compra fios e máquinas pagam salários com uma parte do dinheiro que recebem, e assim por diante, até que as 2.000 libras sejam por inteiro gastas no pagamento de salários, ou até que todo o produto representado pelas 2.000 libras esterlinas seja consumido por trabalhadores produtivos. Estamos vendo que todo o peso do argumento está na expressão "e assim por diante", que nos manda de Herodes para Pilatos. Na realidade, A. Smith interrompe a investigação justamente no ponto em que começa a dificuldade³¹.

Fica fácil de compreender o processo anual de reprodução, se atentarmos apenas para o fundo global da produção anual. Mas todos os elementos componentes dessa produção têm de ser levados ao mercado, e aí começa a dificuldade. Os movimentos dos capitais das rendas pessoais cruzam-se, misturam-se, perdem-se numa troca geral de posições, na circulação da

31 Apesar de sua *Lógica*, J. St. Mill nunca atina com as falhas dessa análise errônea feita por seus predecessores, as quais clamam por correção, do ponto de vista do conhecimento econômico, mesmo dentro do horizonte burguês. Repete sempre, com o dogmatismo de discípulo, as divagações de seus mestres. A propósito, esta passagem: "A longo prazo, o capital se transforma inteiramente em salários e, quando se repõe com a venda dos produtos, converte-se de novo em salário."

riqueza social, o que confunde a percepção e cria para o investigador problemas difíceis de resolver. Analisaremos esse processo, em suas verdadeiras conexões, na Parte Terceira do Livro Segundo. O grande mérito dos fisiocratas foi terem feito pela primeira vez, em seu Quadro Econômico, a tentativa de retratar a produção anual de acordo com a feição em que se manifesta através da circulação³².

É compreensível que a economia política, no interesse da classe capitalista, tenha procurado tirar todo o proveito possível da doutrina de A. Smith, segundo a qual, toda parte do produto excedente que se transforma em capital é consumida pela classe trabalhadora.

3. DIVISÃO DA MAIS-VALIA EM CAPITAL E RENDA. TEORIA DA ABSTINÊNCIA

No capítulo anterior, focalizamos a mais-valia ou o produto excedente como fundo de consumo individual do capitalista e, neste, consideramo-la, até agora, como fundo de acumulação. Na verdade, ela é ambas as coisas ao mesmo tempo. Uma parte da mais-valia é consumida como renda³³, outra parte é empregada como capital ou acumulada.

Dada a quantidade de mais-valia, uma dessas partes é tanto maior

32 Ao descrever o processo de reprodução e, em consequência, a acumulação, A. Smith revela, sob vários aspectos, que não progrediu, mas antes regrediu bastante em relação a seus antecessores, especialmente os fisiocratas. Está intimamente relacionado com a doutrina ilusória que acabamos de mencionar o dogma que legou à economia política, realmente fabuloso, segundo o qual o preço das mercadorias se compõe de salário, lucro (juro) e renda da terra, isto é, apenas de salário e mais-valia. Tomando por base esse dogma em suas investigações, Storch pelo menos confessa ingenuamente: "É impossível decompor o preço necessário em seus elementos mais simples." (Storch, *loc. cit.*, Petersburgo, ed. 1815, t. II, p. 141, nota.) Bela ciência econômica, que declara impossível decompor o preço das mercadorias em seus elementos mais simples! Apresentaremos pormenores sobre o assunto na Parte Terceira do Livro Segundo e na Parte Sétima do Livro Terceiro.

33 O leitor deve ter reparado que usamos a palavra renda em dois sentidos: para designar a mais-valia como rendimento periódico do capital e para designar uma parte desse rendimento que o capitalista consome periodicamente ou adiciona a seu fundo de consumo. Mantenho o emprego da palavra nesses dois sentidos, porque se harmoniza com a terminologia dos economistas ingleses (*revenue*) e dos franceses (*revenu*).

quanto menor for a outra. Permanecendo iguais as demais circunstâncias, a proporção que existe entre essas partes determina a magnitude da acumulação. Mas quem realiza essa divisão é o proprietário da mais-valia, o capitalista, que pratica, assim, um ato de vontade. Com referência à parte desse tributo por ele acumulada, diz-se que a economiza porque não a consome, isto é, porque exerce sua função de capitalista, a função de enriquecer-se.

O capitalista só possui um valor perante a História e o direito histórico à existência enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impele não são os valores-de-uso de sua fruição, e sim o valor-de-troca e sua ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas o que neste é matéria individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das forças propulsoras desse mecanismo. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva.

Enquanto for consciência e vontade do capital em suas ações e omissões, verá no seu próprio consumo privado o equivalente a um roubo contra a acumulação. Aliás, no sistema de escrituração de partidas dobradas, as despesas particulares são lançadas contra o capital, no lado devedor da conta do capitalista. Acumular é empreender a conquista do mundo da riqueza social. Juntamente com a quantidade do material humano explorado, a acumulação amplia o domínio direto e indireto do capitalista³⁴.

³⁴ Descrevendo o usurário, o capitalista em sua feição arcaica embora sempre renovada, demonstra Lutero que a ambição de dominar é um dos fatores do impulso para enriquecer-se. "Os pagãos puderam, à luz da razão, concluir que um usurário é um ladrão quatro vezes e um assassino. Mas nós, cristãos, os temos em tão honrosa conta que quase os adoramos por causa de seu dinheiro. (...) Quem extrai,

Mas, o pecado original se manifesta por toda parte. Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, da acumulação e da riqueza, deixa o capitalista de ser mera encarnação do capital. Sente compaixão por si mesmo e atinge um nível de educação que o leva a sorrir do apego à ascese, considerando-o preconceito do entesourador arcaico. Enquanto o capitalismo clássico condena o consumo individual como pecado contra sua função e atentado contra a acumulação, o capitalista moderno é capaz de considerar a acumulação uma renúncia ao impulso de fruir a vida. "Em seu peio, coitadinho, moram duas almas que lutam por separar-se!"¹

Nos primórdios históricos do modo capitalista de produção — e todo capitalista novo-rico percorre esse estágio —, dominam o impulso para enri-

rouba e furta o alimento de outro é moralmente um homicida como o que mata uma pessoa de fome ou a arruína totalmente. E é o que faz o usurário. Entretanto, senta-se tranqüilamente em sua cadeira, quando, com justiça, deveria estar suspenso na forca e ser devorado por tantos corvos quantos fossem os florins por ele roubados, desde que tivesse carne suficiente que não inumeráveis corvos pudessem perfurá-la e reparti-la entre si. Hoje em dia, enforcamos os pequenos ladrões. (...) Os pequenos ladrões são postos no tronco, os grandes ladrões ostentam ouro e sedas. (...) Não há sobre a terra maior inimigo do ser humano, depois do demônio, do que um avarento, um usurário, pois quer ser Deus dominando todos os homens. Os turcos, os guerreiros, os tiranos, são também homens maus, todavia têm de deixar os outros viverem e confessam que são maus e são inimigos. Podem e às vezes têm de se apiedar de alguns. Mas um usurário, com sua avareza, deseja que todo mundo pereça de fome e de sede, de luto e de miséria, o que faria se pudesse, de modo que possuísse tudo para si mesmo, e todos tivessem de recorrer a ele como a um deus e se tornassem eternamente seus servos. Orenta mantos, correntes de ouro, anéis, aparenta uma limpeza impecável para ser visto e glorificado como homem estimado e piedoso. (...) O usurário é um monstro gigantesco, horrendo, um lobo insaciável que devasta tudo, mais do que Caco, Gerião ou Anteu. E adorna-se e quer passar por piedoso, e, para que não se veja para onde vão os bois que ele leva para seu esconderijo, puxa-os pela cauda, fazendo-os andar às arreugas. Mas Hércules ouvirá o grito dos bois e dos prisioneiros, e procurará Caco nos rochedos e penhascos e libertará os bois do perverso. Caco, um perverso, é esse usurário piedoso que furta, rouba e devora tudo. E pretende não ter feito nada, e pensa que ninguém o descobrirá, porque os bois, puxados pela cauda para seu esconderijo, deixam um rastro como se dele tivessem saído. Do mesmo modo, o usurário quer devorar o mundo, como se fosse útil ao mundo e lhe desse bois, quando os toma todos para si mesmo e os come. (...) Uma vez que rodamos e decapitamos os assaltantes de estrada, os assassinos e os ladrões, com muito mais razão deveríamos rodar e matar (...) caçar, amaldiçoar e decapitar todos os usurários." (Martin Luthel, *loc. cit.*)

¹ Paródia a palavras de Fausto, em *Fausto*, de Goethe.

quecer e a avareza como paixões absolutas. Mas o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de fruções. Com a especulação e com o crédito, abre milhares de fontes de enriquecimento rápido. A certo nível de desenvolvimento, certa dose convencional de prodigalidade se torna necessária para o negócio do "infeliz" capitalista, a qual serve para exibir riqueza, sendo, por isso, meio de obter crédito. O luxo entra nos custos de representação do capital. Além disso, o capitalista se enriquece não como o entesourador, na proporção do seu trabalho pessoal e do que deixa de gastar consigo mesmo, mas na medida em que suga força de trabalho alheia e impõe ao trabalhador a renúncia à fruição da vida. Embora a prodigalidade do capitalista não tenha, por isso, o caráter de boa-fé que se encontra no senhor feudal esbanjador, embora oculte atrás dela a mais sórdida avareza e os cálculos mais mesquinhos, ela cresce com a acumulação, sem que uma restrição necessariamente a outra. Assim, desenvolve-se no coração do capitalista um conflito fásutico entre o impulso de acumular e o de gozar a vida.

"A indústria de Manchester", lê-se num trabalho do Dr. Aikin publicado em 1795, "pode ser dividida em quatro períodos. No primeiro, os fabricantes eram forçados a trabalhar duro para se manterem."

Enriqueceram-se principalmente furçando pais que lhes tinham de pagar somas apreciáveis, para que tomassem conta dos filhos como aprendizes. E esses aprendizes trabalhavam num regime de fome. Por outro lado, os lucros médios eram baixos e a acumulação exigia grande espírito de poupança. Viviam como entesouradores e não consumiam nem mesmo os juros de seu capital.

"No segundo período, começaram a adquirir pequenas fortunas, mas trabalhavam tão duramente quanto antes [pois, como sabe o feitor de escravos, custa trabalho explorar diretamente o trabalho] e continuavam vivendo no mesmo estilo frugal. (...) No terceiro período, começou o luxo, e ampliaram os negócios enviando viajantes a cavalo para obter encomendas em todas as praças do Reino. É provável que, antes de 1690, existissem poucos capitais ou mesmo nenhum, na faixa de 3.000 a 4.000 libras esterlinas, obtidos através da indústria. Todavia, por esse tempo ou um pouco mais tarde, já tinham os industriais acumulado dinheiro e começaram a construir casas de tijolos, e não de madeira e argamassa. (...) Ainda no início do século XVIII, um dono de manufatura de

Manchester, que oferecera um quartilho de vinho estrangeiro a seus hóspedes, expôs-se aos comentários e às críticas de todos os vizinhos."

Antes de aparecer a maquinaria, o consumo individual dos manufatores à noite, nas tabernas onde se reuniam, nunca ultrapassava 6 *pence* para um copo de ponche e 1 pênì por um pedaço de fumo de rolo. Só em 1758, o que marcou época, viu-se "uma pessoa realmente engajada na indústria possuir uma carruagem própria".

"O quarto período [o último terço do século XVIII] caracteriza-se por gastos e por grande luxo, alimentados pela expansão dos negócios."³⁵

Que diria o bom doutor Aikin se ressuscitasse hoje em Manchester?

Acumulai, acumulai! Este é o mandamento principal. "A indústria fornece o material que a poupança acumula."³⁶ Poupar, portanto, poupar, transformai a maior quantidade possível da mais-valia ou do produto excedente em capital. Acumulação pela acumulação, produção pela produção, é a fórmula com que a economia clássica expressou a vocação histórica do período burguês. Em nenhum momento ela se iludiu a si mesma a respeito das dores que causa o nascimento da riqueza³⁷, mas de que adianta lamentar-se em face da necessidade histórica? Se, para a economia clássica, o operário é apenas máquina para produzir mais-valia, o capitalista, para ela, não passa de máquina para transformar essa mais-valia em capital excedente. Ela considera a função histórica do capitalista com uma seriedade amarga. Para imunizar o coração dele do conflito nefasto entre o impulso de gozar e o de enriquecer-se, defendeu Malthus, no começo da década dos vinte do século XIX, uma divisão de trabalho que atribui ao capitalista realmente engajado na produção a tarefa de acumular, e aos outros participantes da mais-valia, a aristocracia rural, os dignitários do Estado e da Igreja etc., a tarefa de gastar. É da maior importância, diz ele, "manter separadas a pai-

³⁵ Dr. Aikin, *Description of the country from 30 to 40 miles round Manchester*, Londres, 1795, pp. [181], 182 e seguintes.

³⁶ A. Smith, *loc. cit.*, v. II, Cap. III, [p. 367].

³⁷ O próprio J. B. Say diz: "As poupanças dos ricos são feitas à custa dos pobres." "O proletário romano vivia quase inteiramente à custa da sociedade. (...) Poder-se-ia quase dizer que a sociedade moderna vive à custa dos proletários, da parte que lhes toma ao pagar seu trabalho." (Sismondi, *Études etc.*, t. I, p. 24.)

xão de gastar e a de acumular"³⁸. Os capitalistas, que há muito tempo se tinham transformado em seres mundanos habituados a viver bem, protestaram. Mas como, exclama um de seus porta-vozes, um ricardiano, o Sr. Malthus prega arrendamentos altos, impostos elevados etc. Para que os consumidores improdutivos esporeiem continuamente os industriais! Por certo, produzir, produzir em escala cada vez maior, é a palavra de ordem, mas

"(...) com esse processo, a produção será mais embaraçada do que incentivada. Nem é justo manter na ociosidade certo número de pessoas, com o fim exclusivo de pressionar outras, propensas a funcionar com sucesso, se for possível forçá-las a serem ativas."³⁹

Ele acha injusto incitar o capitalista industrial a acumular, tirando-lhe a azeitona da empada, mas, ao mesmo tempo, lhe parece necessário limitar ao mínimo possível o salário do trabalhador, "a fim de mantê-lo ativo". Também não oculta, em nenhum momento, que a apropriação do trabalho não-pago é o segredo da formação da mais-valia.

"A procura acrescida de trabalho pelo trabalhador nada mais significa do que a disposição deste de tomar para si mesmo a parte menor de seu próprio produto, deixando a parte maior para seu empregador; e, quando se diz que assim se diminui o consumo dos trabalhadores, provocando abarrotamento do mercado, superprodução, só posso responder que essa superabundância é sinônima de lucros elevados."⁴⁰

Esse douto debate sobre o modo como distribuir entre o capitalista industrial e o proprietário ocioso das terras etc. o esbulho feito ao trabalhador, da maneira mais vantajosa para a acumulação, silenciou em face da revolução de julho. Pouco depois, ecoou a revolta do proletariado urbano em Lyon e o proletariado rural da Inglaterra começou a atear fogo nas propriedades agrícolas. Deste lado do Canal grassava o owenismo; do outro, o saint-simonismo e o fourirismo. Souu a hora da economia vulgar. Justamente um ano antes de inventar, em Manchester, a doutrina de que o lucro

do capital, inclusive os juros, é produto da última hora de trabalho, a decisão segunda, Nassau W. Senior anunciara ao mundo outra descoberta sua. "Substituto", disse ele solenemente, "a palavra capital, como instrumento de produção, pela palavra abstinência."⁴¹ Esta é a maior das "descobertas" da economia vulgar. Substitui uma categoria econômica por uma impostura. Eis tudo. "Quando o selvagem", pontifica Senior, "fabrica arcos, exerce uma indústria, mas não pratica a abstinência." Com isso pretende explicar como e por quê, nos estágios sociais anteriores, eram fabricados instrumentos de trabalho sem a abstinência do capitalista. "Quanto mais progride a sociedade, mais necessária é a abstinência"⁴², mas, por certo, da parte daqueles que exercem a indústria de se apropriar da indústria alheia e do produto desta. Todas as condições do processo de trabalho se transformam então em outras tantas práticas de abstinência do capitalista. Se o trigo não é consumido, mas semeado, é por causa da abstinência do capitalista. Se o vinho é guardado até acabar de fermentar, é por causa da abstinência do capitalista⁴³. O capitalista se despoja a si mesmo quando "empresta ao trabalhador meios de produção", isto é, quando lhes aumenta o valor como capital, incorporando-lhes força de trabalho, em vez de reparar-se com o do as máquinas a vapor, o algodão, as ferrovias, os adubos, os animais de tração etc. ou, segundo a concepção infantil da economia vulgar, dissipar

⁴¹ Senior, *Principes fondamentales de l'écon. pol.*, trad. Arrivabene, Paris, 1836, p. 309. Os partidários da velha escola clássica acharam que essa idéia ultrapassava todas as medidas. "O Sr. Senior substitui as expressões trabalho e capital pelas expressões trabalho e abstinência. (...) Abstinência é mera negação. Não é a abstinência, mas o emprego produtivo do capital, que constitui a fonte de lucros." (John Cazenove, *loc. cit.*, p. 130, nota.) John Stuart Mill, ao contrário, reproduz a teoria do lucro de Ricardo, mas, ao mesmo tempo, anexa a ela "a remuneração pela abstinência" de Senior. Desconhece a contradição hegeliana, fonte de toda a dialética, ao mesmo tempo que convive muito bem com as contradições da economia vulgar. Adendo da 2.^a edição: Nunca ocorreu ao economista vulgar a reflexão simples de que toda ação humana pode ser vista como o abster-se da ação oposta. Comer é abster-se de jejuar. Andar é abster-se de ficar parado, trabalhar é abster-se de ficar ocioso, ficar ocioso é abster-se de trabalhar etc. Ele faria muito bem se meditasse um pouco sobre a proposição de Spinoza: *Determinatio est negatio*.

⁴² Senior, *loc. cit.*, pp. 342 e 343.

⁴³ "Nenhum ser humano (...) semeará o trigo deixando-o durante um ano embaixo da terra ou guardará seu vinho por vários anos na adega, em vez de os consumir imediatamente, se não espera obter com isso um valor adicional etc." (Scrope, *Polit. econ.*, ed. de A. Potter, Nova York, 1841, p. 133.)

³⁸ Malthus, *loc. cit.*, pp. 319 e 320.

³⁹ *An inquiry into those principles respecting the nature of demand etc.*, p. 67.

⁴⁰ *Loc. cit.*, p. 59.

"seu valor" em luxo e em artigos de consumo⁴⁴. Como a classe capitalista faria isso é um segredo até hoje muito bem guardado pela economia vulgar. Enfim, se o mundo ainda vive é porque se mortifica o capitalista, esse moderno penitente de Vishnu. Mas não só a acumulação, também a simples "conservação de um capital exige contínuo esforço para resistir à tentativa de consumi-lo"⁴⁵. O mais elementar sentimento de humanidade ordena, sem dúvida, libertar o capitalista da tentação e do martírio. É o que ocorreu recentemente com o dono de escravos da Geórgia. A abolição da escravidura tirou-o do doloroso dilema: esbanjar em champagne todo o produto excedente extraído dos escravos negros a chicote ou transformar pelo menos parte dele em mais negros e em mais terras.

Nas mais diversas formações econômico-sociais encontra-se não só a reprodução simples, mas também a reprodução ampliada. Produz-se mais e consome-se mais progressivamente, e quantidade maior da produção se converte em meios de produção. Contudo, esse processo não se apresenta como acumulação de capital nem tampouco como função do capitalista enquanto os meios de produção do trabalhador e, em consequência, seu produto e seus meios de subsistência não assumem perante ele a forma de capital⁴⁶. Richard Jones, falecido há alguns anos, sucessor de Malhus na cadeira de Economia Política do Colégio de Haileybury, nas Índias Orientais, debate bem o assunto, apoiando-se em dois fatos importantes. A parte mais numerosa do povo da Índia é composta de camponeses que têm sua economia própria, e, por isso, seu produto, seus meios de trabalho e de subsistên-

⁴⁴ "A privação que o capitalista se impõe ao emprestar seus meios de produção ao trabalhador [esse eufemismo é utilizado para, de acordo com o notório objetivo da economia vulgar, identificar o operário explorado pelo capitalista industrial com esse capitalista industrial que toma dinheiro emprestado ao capitalista prestamista], em vez de empregar o valor deles em seu próprio benefício, transformando-o em objetos fúteis ou agradáveis." (G. de Molinari, *loc. cit.*, p. 36.)

⁴⁵ "A conservação de um capital exige (...) esforço (...) constante para resistir à tentação de consumi-lo." (Courcelle-Seneuil, *loc. cit.*, p. 20.)

⁴⁶ "As distintas classes de renda que mais contribuem para o progresso do capital nacional variam segundo os diversos estágios de desenvolvimento das nações e são, por isso, totalmente diferentes conforme a diversidade dos níveis de progresso dos países. (...) Lucro (...) fonte de acumulação sem importância, em relação a salários e renda das terras, nos estágios anteriores da sociedade. (...) Quando há um progresso considerável e efetivo nas forças da indústria nacional, aumenta a importância relativa do lucro como fonte de acumulação." (Richard Jones, *Textbook etc.*, pp. 16 e 21.)

cia nunca existem "sob a forma de um fundo, constituído de rendimento alheio economizado e decorrente, por isso, de um processo prévio de acumulação"⁴⁷. Por outro lado, os trabalhadores não-agrícolas, nas províncias em que o domínio inglês menos alterou a tradição, são empregados pelos magnatas, que coletam, sob a forma de tributo ou de renda da terra, parte do produto excedente rural, dividindo-a em três porções: uma é consumida pelos magnatas em sua forma natural; outra é transformada para eles, pelos trabalhadores, em artigos de luxo e outros artigos de consumo; e a terceira destina-se a remunerar os trabalhadores, que são proprietários dos instrumentos de trabalho. Ocorrem a produção e a reprodução em escala ampliada sem qualquer interferência desse milagroso santo, esse cavaleiro da triste figura, o capitalista "abstinentemente".

4. CIRCUNSTÂNCIAS QUE DETERMINAM O MONTANTE DA ACUMULAÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA DIVISÃO PROPORCIONAL DA MAIS-VALIA EM CAPITAL E RENDA; GRAU DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO; PRODUTIVIDADE DO TRABALHO; DIFERENÇA CRESCENTE ENTRE CAPITAL EMPREGADO E CONSUMIDO; GRANDEZA DO CAPITAL ADIANTADO

Sendo dada a proporção em que a mais-valia se divide em capital e renda, regula-se a magnitude do capital acumulado, evidentemente, pela magnitude absoluta da mais-valia. Admitindo-se que se capitalizem 80% e se consumam 20%, o capital acumulado será de 2.400 libras esterlinas ou 1.200, se a mais-valia global for de 3.000 libras esterlinas ou 1.500. Por isso, todas as circunstâncias que determinam o montante da mais-valia concorrem para determinar a magnitude da acumulação. Examiná-las-emos mais uma vez, mas somente na medida em que ofereçam novos ângulos com referência à acumulação.

Já vimos que a taxa da mais-valia depende, em primeiro lugar, do grau de exploração da força de trabalho. A economia política dá tanta importância a esse fato que, ocasionalmente, identifica o aceleramento da acumulação

⁴⁷ *Loc. cit.*, p. 36 e seguintes.

Nota da 4ª edição: Deve haver um erro de citação, pois a passagem não foi encontrada. — F. E.

motivado pela maior força produtiva do trabalho com o aceleramento decorrente da maior exploração do trabalhador⁴⁸. Ao tratar da produção da mais-valia, temos pressuposto sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao da força de trabalho. A redução compulsória do salário abaixo desse valor, entretanto, desempenha, na prática, papel demasiadamente importante para não nos determos por um momento em sua análise. Dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital.

“Os salários”, diz J. St. Mill, “não têm nenhuma força produtiva; são o preço de uma força produtiva. Os salários que acompanham o trabalho, como os preços que acompanham as máquinas, não contribuem para produzir mercadorias. Se se pudesse obter trabalho sem comprá-lo, os salários seriam supérfluos.”⁴⁹

Se os trabalhadores pudessem viver do ar, não se poderia comprá-los por nenhum preço. Seu custo nulo é, portanto, um limite no sentido matemático, sempre inatingível, embora seja possível uma aproximação dele cada vez maior. É tendência constante do capital levar o custo do trabalho a aproximar-se dessa posição nula. Um escritor do século XVIII por mim citado, autor de *An essay on trade and commerce*, trai as aspirações mais íntimas e secretas do capital inglês, ao declarar que é tarefa vital da Inglaterra rebaixar o salário do trabalhador inglês ao nível do salário do trabalhador francês e do holandês⁵⁰. De entre outras coisas, diz ele, ingenuamente:

⁴⁸ Diz Ricardo: “Em diversos estágios da sociedade, a acumulação do capital ou dos meios de empregar trabalho fixo é, de explorá-lo] é mais ou menos rápida e em todos os casos tem de depender das forças produtivas do trabalho. As forças produtivas do trabalho são em geral maiores onde há abundância de terras férteis. Com mentando essa passagem, diz outro economista, se as forças produtivas do trabalho significam exiguidade de cota-parte de todo produto que cabe àqueles que o produzem com seu trabalho manual, então a sentença é tautológica, pois a parte restante é o fundo que o dono pode utilizar para acumular capital, se assim lhe apraz. Mas não é em regra o que ocorre nas regiões de terras mais férteis.” (*Observations on certain verbal disputes etc.*, p. 74.)

⁴⁹ J. St. Mill, *Essays on some unsettled questions of polit. economy*, Londres, 1844, pp. 90 e 91.

⁵⁰ *An essay on trade and commerce*, Londres, 1770, p. 44. Em dezembro de 1866 e janeiro de 1867, o *Times* publicou as efusões de contentamento dos proprietários de minas ingleses, ao descreverem a felicidade em que viviam os trabalhadores das

“Se nossos pobres [expressão utilizada para designar trabalhadores] querem viver luxuosamente (...) seu trabalho tem de ser, por certo, mais caro (...). Basta observar a enorme quantidade de coisas supérfluas consumidas pelos trabalhadores de nossas manufaturas, como aguardente, gim, chá, açúcar, frutas estranhas, cerveja forte, linhos estampados, rapé, fumo etc.”⁵¹

Cita o trabalho de um fabricante de Northamptonshire que, elevando os olhos ao céu, lamenta:

“O trabalho na França é um terço mais barato que na Inglaterra, pois os franceses pobres trabalham duro, vestem-se da maneira mais simples e alimentam-se frugalmente, consumindo principalmente pão, frutas, ervas, raízes e peixe seco. É raro comerem peixe, e quando o trigo está caro, consomem muito pouco pão.”⁵² “Acresce ainda”, prossigue o ensaísta, “que só bebem água ou bebida fracas, de modo que gastam muito pouco dinheiro. (...) É difícil implantar esse estado de coisas; mas não é inexecutável, uma vez que vigora na França e na Holanda.”⁵³

Duas décadas mais tarde, um farsante americano, o ianque Benjamin Thompson, elevado à nobiliarquia, transformado em conde de Rumford, sustentou a mesma diretiz filantrópica com grande contentamento de Deus e dos homens. Seus *Essays* são um livro com receitas culinárias de toda a

minas na Bélgica, que nada mais exigiam nem recebiam além do estritamente necessário para viver para os seus patrões. Mas os mineiros belgas sofreram demais, para figurar no *Times* como trabalhadores modelares. No começo de fevereiro de 1867, veio a resposta: greve desses trabalhadores em Marchienne, reprimida a pólvora e chumbo.

⁵¹ *Loc. cit.*, pp. 44 e 46.

⁵² O fabricante de Northamptonshire cometeu uma fraude piedosa, perdóvel pelo arrebatamento de seu coração. Pretendeu comparar a vida do trabalhador da manufatura inglesa com a do trabalhador da manufatura francesa, mas descreveu, na realidade, os trabalhadores agrícolas franceses, conforme confessa depois aturdido.

⁵³ *Loc. cit.*, pp. 70 e 71.

Nota da 3ª edição: Hoje, avançamos bastante nessa direção, graças à concorrência que se estabeleceu, desde então, no mercado mundial. “Se a China”, declara o parlamentar Stapleton a seus eleitores, “se tornar um grande país industrial, não vejo como os trabalhadores europeus poderão sustentar a luta, sem descer ao nível do seus concorrentes.” (*Times*, 3 de setembro de 1873.) O objetivo almejado agora pelo capital inglês não é mais o nível dos salários do Continente, mas o chinês.

espécie, tendo em vista substituir os alimentos normais, caros, do trabalhador por sucedâneos. Uma das receitas notáveis desse estapafúrdio "filósofo" é a seguinte:

"Cinco libras-peso de cevada, cinco libras-peso de milho, 3 *pence* de arenque, 1 pêni de sal, 1 pêni de vinagre, 2 *pence* de pimenta e erras. Com uma despesa total de 20 $\frac{3}{4}$ *pence*, obtém-se uma sopa para 64 pessoas. Aos preços médios atuais dos cereais, a sopa pode ser obtida a 1/4 de pêni por cabeça."⁵⁴

Com o progresso da produção capitalista, a falsificação das mercadorias tornou desnecessárias as receitas ideais de Thompson⁵⁵.

Nos fins do século XVIII e durante as primeiras décadas do século XIX, os arrendatários e senhores das terras da Inglaterra impuseram o salário absolutamente mínimo, pagando aos jornaleiros salário abaixo do mínimo, e o restante sob a forma de ajuda paroquial. Esses *Dogberries* exerciam um humor sádico, ao fixar a tarifa de salários "legal", conforme se vê no trecho seguinte:

"Quando, em 1795, os senhores rurais fixaram os salários para Speenhamland, tinham almoçado ao meio-dia, mas evidentemente pensaram que os trabalha-

⁵⁴ Benjamin Thompson, *Essays, political, economical and philosophical etc.*, 3 vols., Londres, 1796 a 1802, vol. I, p. 294. Em seu trabalho *The state of the poor, or an history of the labouring classes in England etc.*, Sir F. M. Eden recomenda a sopa rumfordiana aos dirigentes dos asilos de trabalho para os pobres e, em tom de censura, adverte os trabalhadores ingleses, dizendo-lhes que "há muitas famílias na Escócia que, em vez de consumirem trigo, centeio e carne, vivem meses seguidos e muito confortavelmente, alimentando-se apenas com farinha de aveia e de cevada misturadas com água e sal". (*Loc. cit.*, v. I, Livro II, Cap. II, p. 503.) Conselhos semelhantes aparecem no século XIX. Lemos, por exemplo: "Os trabalhadores agrícolas ingleses não querem comer misturas de cereais de espécie inferior. Na Escócia, onde há melhor educação, esse preconceito é provavelmente desconhecido." (Charles H. Parry, M. D., *The question of the necessity of the existing cornlaws considered*, Londres, 1816, p. 69.) Mas o mesmo Parry queixa-se de que o trabalhador inglês decaiu muito em 1815, em comparação com a época de Eden (1797.)

⁵⁵ Pelos relatórios das últimas comissões parlamentares de inquérito sobre falsificação dos meios de subsistência, vê-se que a falsificação dos produtos farmacêuticos, na Inglaterra, constitui a regra, e não a exceção. Ao serem examinadas 34 amostras de ópio, compradas em outras tantas farmácias, verificou-se que 31 estavam falsificadas com ingredientes como cápsula de papoula, farinha de trigo, borraça, barro, areia etc. Muitas nada continham de morfina.

dores não tinham necessidade disso. (...) Decidiram que o salário semanal por homem seria de 3 xelins, se o pão com o peso de 8 libras e 11 onças custasse 1 xelim; o salário se elevaria regularmente até que o pão custasse 1 xelim e 5 *pence*. Se esse preço fosse ultrapassado, o salário sofreria uma diminuição proporcional, e, quando o preço do pão chegasse a 2 xelins, a alimentação do trabalhador seria reduzida em um quinto."⁵⁶

No comitê de inquérito da Câmara dos Lordes, em 1814, fez-se a um certo A. Bennett, grande arrendatário, magistrado, administrador de asilo e regulador de salários agrícolas, a seguinte pergunta: "Vigora alguma proporção entre o valor do trabalho diário e a ajuda paroquial dada ao trabalhador?" Resposta:

"Sim. A remuneração semanal para cada família é completada, de modo que ela receba o preço do pão com o peso de 8 libras e 11 onças a 3 *pence* por cabeça. (...) Pressupomos que essa quantidade de pão é suficiente para manter toda pessoa da família durante a semana; os 3 *pence* são para roupas; e, quando a paróquia resolve fornecer as roupas, esses 3 *pence* são descontados. Essa prática vigora não só na parte ocidental de Wiltshire, mas, acredito, em todo o país."⁵⁷

"Desse modo", exclama um escritor burguês daquela época, "os arrendatários degradaram uma classe respeitável de seus contrêrneos, forçando-os a recorrer à ajuda paroquial. (...) Os arrendatários aumentaram seus próprios ganhos, ao mesmo tempo que impediam os trabalhadores de acumular o estritamente indispensável."⁵⁸

O papel que desempenha atualmente o roubo direto ao fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador, com o fim de formar mais-valor, e, portanto, o fundo de acumulação do capital, está evidenciado, por

⁵⁶ G. L. Newnham, advogado. *A review of the evidence before the Committees of the two Houses of Parliament on the cornlaws*, Londres, 1815, p. 20. Nota.

⁵⁷ *Loc. cit.*, pp. 19 e 20.

⁵⁸ Ch. H. Parry, *loc. cit.*, pp. 77 e 69. Os senhores das terras não só "se indenizam" pela guerra antijacobina que conduziram em nome da Inglaterra, mas ainda se enriqueceram enormemente. "Depois de 18 anos, suas rendas tinham duplicado, triplicado, quadruplicado e, excepcionalmente, sextuplicado." (*Loc. cit.*, pp. 100 e 101.)

exemplo, no chamado trabalho a domicílio (vide Capítulo XIII, 8, D). Apresentaremos novos fatos com referência ao assunto.

Embora, em todos os ramos industriais, a parte do capital constante constituída por instrumental de trabalho tenha de ser suficiente para certo número de trabalhadores, determinado pela magnitude do empreendimento, não é necessário que essa parte aumente sempre na mesma proporção da quantidade de trabalho empregado. Suponhamos que, numa fábrica, 100 trabalhadores, submetidos a um horário de 8 horas, forneçam 800 horas de trabalho. Se o capitalista quiser aumentar de metade o total das horas, poderá empregar 50 trabalhadores novos; mas terá, então, de adiantar novo capital, não só para salários, mas também para instrumental de trabalho. Poderá também fazer os 100 trabalhadores trabalharem 12 horas em vez de 8, e, nesse caso, são suficientes os instrumentos de trabalho que já existem, que então se desgastarão mais rapidamente. Desse modo, o trabalho adicional obtido com maior tensão da força de trabalho pode aumentar o produto excedente e a mais-valia, a substância da acumulação, sem o correspondente aumento prévio do capital constante.

Na indústria extrativa, na mineração, por exemplo, as matérias-primas não constituem parte componente do capital adiantado. O objeto de trabalho, nesse caso, não é produto de trabalho anterior, mas um presente gratuito da natureza, minérios, minerais, carvão, pedras etc. Aí o capital constante se constitui quase exclusivamente de instrumental de trabalho, capaz de suportar uma quantidade muito ampliada de trabalho, com turnas noturnas e diurnas de trabalhadores, por exemplo. Ficando invariáveis as demais circunstâncias, a quantidade e o valor do produto aumentam na razão direta do trabalho empregado. Como no primeiro dia de produção, conjungam-se o homem e a natureza, os fatores originais da riqueza, criando agora os elementos materiais do capital. Graças à elasticidade da força de trabalho, ampliou-se o domínio da acumulação sem haver aumento prévio do capital constante.

Na agricultura, não se pode aumentar a terra lavrada sem o fornecimento prévio de mais sementes e adubos. Mas, feita essa antecipação, o cultivo puramente mecânico do solo exerce efeito maravilhoso sobre a quantidade produzida. Maior quantidade de trabalho, dependida pelo mesmo número anterior de trabalhadores, aumentará então a fertilidade da terra sem necessidade de nova inversão em instrumental de trabalho. Assim, temos novamente, sobre a natureza, a ação direta do homem, que se

torna fonte imediata de maior acumulação sem interferência de qualquer capital novo.

Por fim, na indústria propriamente dita, cada dispêndio adicional de trabalho pressupõe um dispêndio correspondente em matérias-primas, mas não necessariamente em instrumental de trabalho. E, uma vez que a indústria extrativa e a agricultura fornecem à indústria propriamente dita as matérias-primas desta e as matérias-primas de seu instrumental de trabalho, beneficia-a também o acréscimo de produção que aquelas conseguem sem capital adicional.

Resultado geral: ao incorporar as fontes originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, adquire o capital uma força de expansão que lhe possibilita ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente estabelecidos por sua própria magnitude, fixados pelo valor e pela quantidade dos meios de produção já produzidos, através dos quais existe o capital.

Outro importante fator para a acumulação é o grau de produtividade do trabalho social.

Com a produtividade do trabalho, aumenta a quantidade produzida em que se corporifica determinado valor e, portanto, dada magnitude de mais-valia. Não se alterando a taxa da mais-valia e mesmo diminuindo, desde que sua queda seja menos veloz que a ascensão da produtividade do trabalho, aumenta a quantidade do produto excedente. Não se alterando a proporção em que este se divide em renda e capital adicional, pode então o consumo do capitalista aumentar sem decréscimo do fundo de acumulação. A magnitude proporcional do fundo de acumulação pode aumentar à custa do fundo de consumo, enquanto o barateamento das mercadorias põe à disposição do capitalista a mesma quantidade anterior, ou maior, de meios de fruição. Mas, conforme já vimos, juntamente com a produtividade crescente do trabalho ocorrem o barateamento do trabalhador e, em consequência, uma taxa crescente de mais-valia, mesmo quando se eleve o salário real. Este nunca sobe na mesma proporção da produtividade do trabalho. O mesmo valor em capital variável mobiliza, portanto, maior força de trabalho e consequentemente, mais trabalho. O mesmo valor em capital constante incorpora-se em mais meios de produção, isto é, mais instrumental de trabalho, materiais de trabalho e materiais acessórios, fornecendo mais elementos para a produção tanto de valores-de-uso quanto de valor, ou seja, mais elementos que absorvem trabalho. Por isso, a acumulação se acelera,

embora permaneça igual e até diminua o valor do capital adicional. Não só se amplia materialmente a escala de reprodução, mas ainda a produção de mais-valia cresce mais rápido que o valor do capital adicional.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho atua também sobre o capital original, o capital que já se encontra engajado no processo de produção. Uma parte do capital constante em funcionamento consiste em instrumentos de trabalho, tais como maquinaria etc., que, só em períodos relativamente longos se consomem e, em consequência, se reproduzem ou são substituídos por novos exemplares da mesma espécie. Mas todo ano morre uma parte desse instrumental, ou chega ao fim sua função produtiva. Ela atinge, nesse ano, o momento de sua reprodução periódica ou de sua substituição por novos exemplares da mesma espécie. Se a produtividade do trabalho aumentou nos estabelecimentos que produzem esses instrumentos de trabalho — e ela se desenvolve continuamente, com o progresso ininterrupto da ciência e da técnica —, máquinas, ferramentas, aparelhos etc. mais eficazes e, considerando sua eficiência, mais baratos substituem os velhos. O capital antigo se reproduz em forma mais produtiva, além de haver contínuas alterações de por menor nos instrumentos de trabalho em uso. A outra parte do capital constante, as matérias-primas e os materiais acessórios, é constantemente reproduzida em menos de um ano; e, na sua maior parte, anualmente os que provêm da agricultura. Toda introdução de melhores métodos etc. atua, portanto, quase simultaneamente sobre o capital adicional e sobre o capital que já se encontra em funcionamento. Cada progresso da química multiplica o número dos materiais úteis e as aplicações dos já conhecidos, ampliando, com o crescimento do capital, seu campo de aplicação. Além disso, ensina como lançar de volta no ciclo do processo de reprodução os resíduos dos processos de produção e de consumo, criando, sem prévio dispêndio de capital, nova matéria explorável pelo capital. Do mesmo modo que a exploração incrementada das riquezas naturais por meio apenas de maior tensão da força de trabalho, constituem a ciência e a técnica uma potência para expandir o capital, independentemente da magnitude dada do capital em funcionamento. Ambas atuam ao mesmo tempo sobre a parte do capital original que esteja sendo renovada. O capital incorpora gratuitamente em sua nova forma o progresso social que se realizou sem qualquer interferência de sua forma antiga. Sem dúvida. Esse desenvolvimento da força produtiva é simultaneamente acompanhado de depreciação parcial dos capitais em funcionamento. Quando a concorrência agrava

sensivelmente essa depreciação, a sobrecarga principal recai sobre o trabalhador, procurando o capitalista explorá-lo mais para compensar-se.

O trabalho transfere ao produto o valor dos meios de produção por ele consumidos. Demais, o valor e a quantidade dos meios de produção mobilizados por dada quantidade de trabalho aumentam na medida em que este se torna mais produtivo. Se, portanto, a mesma quantidade de trabalho acrescenta a seus produtos sempre a mesma soma de valor novo, aumenta, todavia, o valor do capital antigo que o trabalho simultaneamente lhes transfere com sua maior produtividade.

Um fiandeiro inglês e um chinês podem trabalhar o mesmo número de horas com a mesma intensidade, produzindo ambos, numa semana, valores iguais. Apesar dessa igualdade, há uma enorme diferença entre o valor do produto semanal do inglês, que trabalha com uma poderosa máquina automática, e o do chinês, que trabalha com uma roda de fiar. No mesmo espaço de tempo em que o chinês fia uma libra-peso de algodão, consegue o inglês fiar várias centenas de libras-peso. Uma soma de valores precedentes várias centenas de vezes maior se contém no seu produto, em que são conservados em nova forma útil, podendo assim funcionar novamente como capital.

“Em 1782”, expõe F. Engels, “toda a colheita de lã dos três anos anteriores, na Inglaterra, ficara sem beneficiamento por falta de trabalhadores, e assim teria continuado, se não fosse a ajuda da nova maquinaria inventada que a fiou.”⁵⁹

O trabalho que se materializa sob a forma de maquinaria não fez surgir do chão novos homens, mas permitiu a um número pequeno de trabalhadores, com acréscimo relativamente reduzido de trabalho, consumir produtivamente a lã, acrescentar-lhe novo valor e conservar seu valor antigo sob a forma de fio etc. Forneceu com isso meios e incentivo para a reprodução ampliada da lã. É propriedade natural do trabalho vivo conservar o valor antigo acrescentando-lhe, ao mesmo tempo, valor novo. Por isso, com o aumento da eficácia, do volume e do valor dos seus meios de produção, com a acumulação, portanto, que acompanha o desenvolvimento de sua força produtiva, conserva e eterniza o trabalho um valor constantemente crescen-

⁵⁹ Friedrich Engels, *Lage der arbeitenden Klasse in England*, p. 20

te do capital em forma sempre nova⁶⁰. Essa força natural do trabalho assume a aparência de propriedade do capital a que se incorpora, de força do capital para conservar-se, do mesmo modo que as forças produtivas do trabalho social parecem ser propriedades do capital e o exercício contínuo da função capitalista de apropriar-se do trabalho excedente aparenta ser cons-tante auto-expansão do capital. Todas as forças do trabalho aparecem como forças do capital, do mesmo modo que todas as forças de valor da mercadoria se mascaram em formas de dinheiro.

⁶⁰ A economia clássica, em virtude de sua análise deficiente do processo de trabalho e do processo de criação do valor, nunca compreendeu adequadamente esse importante fator da reprodução, conforme se pode verificar, por exemplo, em Ricardo. Diz ele que, qualquer que seja a variação da força produtiva, "um milhão de homens produzem sempre nas fábricas o mesmo valor". A afirmação é exata, se forem dados a duração e o grau de intensidade do trabalho. Além disso, em certas conclusões que tira, não vê Ricardo que um milhão de homens transformam em produtos quantidades diferentes de meios de produção, na medida em que varia a força produtiva de seu trabalho. Assim, a mesma quantidade de trabalho transfere aos produtos quantidades de valor bem diferentes, e varia consideravelmente o valor dos produtos que fornece. Ricardo, diga-se de passagem, procurou, com aquele exemplo, esclarecer J. B. Say sobre a diferença entre valor-de-uso, a que dá o nome de riqueza material, e valor-de-troca. Say responde: "Quanto à dificuldade levanta-da por Ricardo, dizendo que com melhores métodos um milhão de pessoas podem produzir duas ou três vezes mais riquezas, sem produzir mais valor, a dificuldade desaparece quando, como se deve, se considera a produção uma troca, em que damos os serviços produtivos de nosso trabalho, nossa terra e nosso capital para obter produtos. Por meio desses serviços produtivos, adquirimos todos os produtos que existem no mundo. (...) Portanto (...) somos tanto mais ricos, nossos serviços produtivos têm tanto mais valor, quanto maior a quantidade de coisas úteis que obtemos com eles na troca a que chamamos de produção." (...) (J. B. Say, *Letters à M. Malthus*, Paris, 1820, pp. 168 e 169.) A dificuldade que pretende ter resolvido, existente para ele e não para Ricardo, se reduz ao seguinte: Por que não aumenta o valor dos valores-de-uso quando aumenta sua quantidade, em virtude de maior força produtiva do trabalho? Resposta: A dificuldade é resolvida dando-se ao valor-de-uso o nome de valor-de-troca. Valor-de-troca é algo que, de qualquer modo, se relaciona com troca. Se consideramos a produção uma "troca" de trabalho e de meios de produção pelo produto, está claro como água que recebemos tanto mais valor-de-troca quanto mais valor-de-uso nos fornece a produção. Em outras palavras, quanto mais valores-de-uso, meias, por exemplo, obtém o fabricante num dia de trabalho, tanto mais rico é em meias. Subitamente, ocorre a Say que, "com a maior quantidade" de meias, cai seu "preço" (que nada teria a ver com o valor-de-troca), "pois a concorrência força os produtores a entregar seus produtos pelo custo". Mas donde virá o lucro, se o capitalista vende as mercadorias pelo preço que

Com o crescimento do capital, aumenta a diferença entre o capital em-pregado e o consumido. Em outras palavras, aumentam o valor e o volume do instrumental de trabalho, como construções, maquinaria, tubulações de drenagem, animais de tração, aparelhos de toda espécie que funcionam em períodos mais ou menos longos, em processos de produção que se repetem ininterruptamente, ou que servem para alcançar determinados efeitos úteis; mas, ao mesmo tempo, esse instrumental só se desgasta aos poucos, perdendo seu valor gradualmente, transferindo-o gradualmente ao produto. Na proporção em que esse instrumental de trabalho serve para elaborar produtos sem lhes transferir valor em que, portanto, é aplicado globalmente e consumido apenas parcialmente, realiza, conforme já vimos, o mesmo serviço gratuito das forças naturais, a água, o vapor, o ar, a electricidade etc. Esse serviço gratuito do trabalho anterior, quando utilizado e vivificado, pelo trabalho vivo, aumenta com a escala crescente da acumulação.

Uma vez que o trabalho passado toma sempre a forma de capital, que o trabalho realizado por A, B, C etc. constitui ativo de X, que não trabalha, louvam burgueses e economistas políticos os méritos do trabalho passado, que, segundo o gênio escocês MacCulloch, deve mesmo receber remuneração especial, sob a forma de juros, lucros etc.⁶¹ A importância sempre crescente do trabalho passado, que coopera no processo de trabalho vivo sob a

lhes custaram? Deixemos isso de lado. Say declara que, em virtude da maior produtividade, cada comprador recebe agora em troca do mesmo equivalente, em vez de um par, dois pares de meias etc. Acaba assim fazendo a mesma afirmação de Ricardo, a qual queria refutar. Não satisfeito ainda com esse prodigioso esforço de raciocínio, declara solene e triunfante para Malthus: "Esta é, caro senhor, a doutrina de sólido fundamento, sem a qual, assim o declaro, é impossível resolver os problemas mais difíceis da economia política, e notadamente o de saber como pode uma nação ser mais rica quando seus produtos diminuem de valor, embora a riqueza represente valor." (*Loc. cit.*, p. 170.) Referindo-se aos artifícios desse gênero empregados por Say em suas *Letters*, diz um economista inglês: "Esses modos afetados de expor formam aquilo que Say gosta de chamar sua doutrina, que recomentados calorosamente a Malthus, para que a ensine em Hertford, e que, segundo ele, é professada em várias partes da Europa. Diz Say: 'Se encontrardes em todas estas afirmações um aspecto paradoxal, atentai para as coisas que elas exprimem, e uso acreditar que elas vos parecerão bem simples e bem razoáveis.' Sem dúvida, mas, se atentarmos mesmo para suas afirmações, elas parecerão ser tudo, menos originais." (*An inquiry into those principles respecting the nature of demand etc.*, p. 110.)

⁶¹ Vide pp. 441 e 442.

⁶¹ MacCulloch inventou a expressão "salário de trabalho passado", muito antes de Senior ter parenteado a expressão "salário da abstinência".

forma de meios de produção, é atribuída à figura do capital, essa forma estranha ao trabalhador e que não é mais do que o trabalho deste, anteriormente realizado e não-pago. Os agentes práticos da produção capitalista e seus ideólogos paltradores são incapazes de imaginar, separados, os meios de produção e sua máscara social antagonista. São como o dono de escravos, que não separa o trabalhador de sua condição de escravo.

Dado o grau de exploração da força de trabalho, a quantidade de mais-valia é determinada pelo número de trabalhadores simultaneamente explorados, e esse número corresponde, embora em proporção variável, à magnitude do capital. Por isso, quanto mais cresce o capital, em virtude de acumulações sucessivas, tanto mais aumenta o valor global que se reparte em fundo de consumo e fundo de acumulação. O capitalista pode viver, então, mais alegremente e, ao mesmo tempo, "renunciar" mais. E, por fim, todas as molas da produção funcionam com mais energia quanto mais aumenta sua escala com o montante do capital adiantado.

5. O PRETENSO FUNDO DO TRABALHO!

No curso de nosso estudo, verificamos que o capital não é nenhuma magnitude fixa, mas uma parte da riqueza social, elástica e constantemente fluída com a repartição da mais-valia em renda e capital adicional. Vimos ainda que, mesmo quando o capital em funcionamento conserva inalterada sua magnitude, a força de trabalho, a ciência e a terra (compreendidos nesta, economicamente, todos os objetos de trabalho existentes na natureza sem interferência humana) que a ele se incorporam constituem potências elásticas do capital, as quais, dentro de certos limites, lhe possibilitam ampliar seu raio de ação, independentemente de sua grandeza. Foram postos de lado todos os efeitos do processo de circulação, que podem ocasionar graus diversos de eficiência da mesma quantidade de capital. Uma vez que pressupomos os limites da produção capitalista, isto é, uma estrutura essencial do processo social de produção, pusemos de lado qualquer combinação mais racional, realizável de maneira direta e planejada, entre os meios de produção e as forças de trabalho existentes. A economia clássica

costumava considerar o capital social magnitude fixa com grau fixo de eficiência. Mas esse preconceito só se solidificou em dogma com o arquifilisteu Jeremias Bentham, o oráculo, no século XIX, da inteligência burguesa vulgar, insípido, pedante e loquaz⁶². Bentham é, entre os filósofos, o que Martin Tupper é entre os poetas. Ambos só poderiam ter nascido na Inglaterra⁶³. Com seu dogma, tornam-se inteiramente ininteligíveis os fenômenos mais corriqueiros do processo de produção, como as expansões e contrações súbitas, a própria acumulação⁶⁴. Esse dogma foi explorado pelo próprio Bentham, por Malthus, James Mill, MacCulloch e outros, para fins apologeticos, notadamente para representar como magnitude fixa uma parte do capital, o capital variável, ou capital conversível em força de trabalho.

⁶² Vide, entre outros: J. Bentham, *Théorie des Peines et des Récompenses*, trad. Et. Dumont, 3ª ed., Paris, 1826, t. II, Livro IV, Cap. II.

⁶³ Jeremias Bentham é um fenômeno puramente inglês. Mesmo sem excluir Christian Wolf de nossos filósofos, nunca houve, em tempo algum, em nenhum país, ninguém que, como ele, se pavoneasse tão presunçosamente com os lugares-comuns mais prosaicos. Nem o princípio da utilidade foi invenção de Bentham. Reproduziu, sem espíritos, o que Helvetius e outros franceses do século XVIII tinham dito com agudeza intelectual. Se queremos, por exemplo, saber o que é útil a um cão, temos de conhecer antes sua natureza. Essa natureza não pode ser inferida do princípio de utilidade. Do mesmo modo, para julgar todas as ações, movimentos, relações etc. do homem pelo princípio da utilidade, temos de nos ocupar, antes, com a natureza humana em geral e ainda com a natureza humana historicamente modificada em cada época. Bentham não faz cerimônia. Com a mais ingênua simplicidade, supõe que o burguês moderno, especialmente o burguês da Inglaterra, é o ser humano normal. O que é útil a essa normalidade humana e a seu mundo, é útil de maneira absoluta. Por esse padrão julga o passado, o presente e o futuro. A religião cristã, por exemplo, é útil porque condena, no plano religioso, os mesmos delitos que o código penal pune no domínio jurídico. A crítica da arte é prejudicial porque perturba a admiração das pessoas honestas por Martin Tupper etc. Com idéias desse jaez, nosso valeroso homem, cuja divisa é "nulla dies sine inena", escreveu montanhas de livros. Se eu tivesse a coragem de meu amigo H. Heine, chamaria o Jeremias de gênio da estupidez burguesa.

⁶⁴ "Economistas políticos são demasiadamente inclinados a considerar certa quantidade de capital e certo número de trabalhadores instrumentos de produção de força uniforme ou que operam com certa intensidade uniforme. (...) Aqueles que afirmam que as mercadorias são os únicos agentes da produção estarão provando que a produção não pode ser ampliada, pois para essa ampliação teriam de ser aumentados antes os meios de subsistência, as matérias-primas e as ferramentas. Isto equivale a dizer que não pode ocorrer nenhum aumento da produção sem que ela aumente antes, ou, em outras palavras, que nenhum aumento é possível." (S. Bailey, *Money and its vicissitudes*, pp. 58 e 70.) Bailey critica esse dogma principalmente do ponto de vista do processo de circulação.

¹ Fundo do trabalho (*Arbeitsfonds*) é o que, na economia capitalista, se chama de fundo de salários. A expressão "fundo do trabalho" tem maior amplitude, pode aplicar-se aos mais diversos modos de produção. Vide pp. 663 e 664.

A existência material do capital variável, isto é, a massa de meios de subsistência que ele representa para o trabalhador, se tornou, mitologicamente, uma fração separada da riqueza social, fixada por leis naturais e imutável, o pretenso fundo do trabalho. Para mobilizar a parte da riqueza social que deve funcionar como capital constante ou, materialmente falando, como meios de produção, é necessária determinada quantidade de trabalho vivo. Essa quantidade é dada tecnologicamente. Mas o número de trabalhadores necessários para se obter essa quantidade de trabalho varia com o grau de exploração da força de trabalho individual. Varia também o preço dessa força de trabalho, sendo fixado apenas seu limite mínimo, que é, entretanto, muito elástico. Os fatos em que se apóia o dogma são estes: por um lado, o trabalhador não tem voz quando se trata de dividir a riqueza social em meios de fruição dos que não trabalham e em meios de produção; por outro lado, só em casos excepcionais favoráveis pode ele alimentar o pretenso fundo do trabalho à custa da renda dos ricos⁶⁵.

Considerar natural e social a rígida limitação capitalista ao fundo do trabalho leva a uma tautologia absurda, conforme se percebe nas seguintes palavras do Prof. Fawcett:

“O capital circulante⁶⁶ de um país é seu fundo de salários. Por isso, para calcular o salário médio que cada trabalhador recebe, temos simplesmente de dividir esse capital pelo número de membros da população trabalhadora.”⁶⁷

⁶⁵ J. St. Mill diz em seus *Principles of polit. economy* [L. II. Cap. I, § 3]: “O produto do trabalho é hoje dividido na razão inversa do trabalho: a maior parte se destina àqueles que nunca trabalham, a segunda parte em importância àqueles cujo trabalho é quase puramente nominal e assim, em escala decrescente, a recompensa torna-se cada vez menor na medida em que o trabalho se torna mais duro e mais desagradável, até chegar ao ponto em que o trabalho corporal mais cansativo e mais esgotante não pode contar com a certeza de obter os meios de subsistência indispensáveis.” Para evitar mal-entendido, observaremos que, se homens como J. St. Mill merecem crítica pela contradição entre seus velhos dogmas econômicos e suas tendências modernas, seria absolutamente injusto confundirlos com a classe dos economistas vulgares.

⁶⁶ H. Fawcett, professor de Economia Política em Cambridge, *The economic position of the British labourer*, Londres, 1865, p. 120.

⁶⁷ Lembro ao leitor que fui o primeiro a empregar as categorias capital constante e capital variável. Desde A. Smith, a economia política confunde as distinções contidas nessas categorias com as diferenças de forma, oriundas do processo de circulação, existentes entre capital fixo e capital circulante. Pormentores sobre o assunto no Livro Segundo, Parte Segunda.

Temos, assim, de somar primeiro os salários individuais realmente pagos, e afirmaremos então que essa soma é o fundo do trabalho imposto por Deus e pela natureza. Depois dividiremos essa soma pelo número dos trabalhadores, para saber quanto pode caber em média a cada trabalhador. Que artimanha singular! Não impede Fawcett de dizer, no mesmo fôlego:

“A riqueza global acumulada anualmente na Inglaterra se divide em duas partes. Uma se aplica na Inglaterra para manter nossa própria indústria. A outra é exportada para outros países. (...) A parte aplicada em nossa indústria não constitui porção importante da riqueza anualmente acumulada neste país.”⁶⁸

A maior parte do produto excedente que acresce todo ano, extraída do trabalhador inglês, sem equivalente, não é capitalizada na Inglaterra, mas em países estrangeiros. Com o capital adicional assim exportado, vai também para o exterior uma parte desse fundo do trabalho, invenção de Deus e de Bentham⁶⁹.

⁶⁸ Fawcett, *loc. cit.*, pp. 123 e 122.

⁶⁹ Poder-se-ia dizer que a Inglaterra exporta anualmente não só capital, mas também os trabalhadores que emigram. Mas não se fala, no texto, do pecúlio dos emigrantes, que, em grande parte, não são trabalhadores. Uma grande porção é constituída de filhos dos arrendatários. O capital adicional inglês que se manda anualmente para o exterior com o fim de obter juros representa da acumulação anual uma proporção muitíssimo maior do que a que existe entre a emigração anual e o acréscimo anual da população.